



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**3ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura - 2013**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Março/2013**

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 31/03/2013

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	11
Especial	1
Não Deliberativa	8
Total de sessões realizadas	20

Quadro Geral de Matérias

01 a 31/03/2013

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Retirada pelo autor	Prejudicada	Total
PEC	1	-	-	0	0	1
PLC	7	0	1	0	0	8
PLS	0	4	2	6	0	12
PDS	2	7	0	0	0	9
PRS	9	1	0	0	1	11
MSF	2	-	-	0	0	2
OFS	1	-	-	0	0	1
Total	22	12	3	6	1	44

Quadro Geral de Medidas Provisórias
01 a 31/03/2013

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
PLV	2	2

Quadro de Requerimentos 01 a 31/03/2013

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	1
Auditoria	1
Calendário especial	2
Congratulações, pesar e assemelhados	30
Criação ou alteração de comissão temporária	1
Destaque	3
Homenagem de pesar	5
Informações	4
Missão (em representação do Senado Federal)	14
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	7
Retirada de matéria	11
Tramitação conjunta	4
Urgência para matéria	7
Total Geral	90

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
01 a 31/03/2013

	PRES REP	SF	CD	Total
PEC	0	0	1	1
PLC	5	-	2	7
PLS	-	4	-	4
PDS	-	1	8	9
PRS	-	10	-	10
Total	5	15	11	31

**Quadro de Requerimentos de Licença
(sem ônus)
De 01 a 31/03/2013**

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art.13 ^(1, 5)	42	0	42
Art. 40 ⁽²⁾	0	0	0
Art. 43, I ⁽³⁾	6	0	6
Art. 43, II ⁽⁴⁾	6	0	6
Soma	54	0	54
Requerimentos de Retirada	0	0	0
Total Geral	54	0	54

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares.

**Quadro de Requerimentos de Licença
(com ônus) ***
De 01 a 31/03/2013

Fundamentação – RISF	Apresentados	Não efetivados ⁽⁵⁾	Total
Art. 40 ⁽¹⁾	15	5	10
Art. 43, I ⁽²⁾	0	0	0
Art. 43, II ⁽³⁾	0	0	0
Art. 67 ⁽⁴⁾	1	0	1

1. Missão (em representação do Senado Federal)
 2. Licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;
 3. Licença por interesse particular com convocação de suplente;
 4. Representação externa;
 5. Incluem missões não realizadas e requerimentos aditados.
- * Requerimentos de licença com ônus aprovados pelo Plenário, que se encontram também disponibilizados no quadro de requerimentos.

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
04/02 a 31/03/2013

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	20
Especial	2
Não Deliberativa	16
Total de sessões realizadas	38
Reunião Preparatória	2
Total de Reuniões	2

Quadro Geral de Matérias

04/02 a 31/03/2013

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Total
PEC	1	-	0	0	0	-	1
PLC	7	1	1	0	0	1	10
PLS	0	14	1	1	6	3	25
ECD	1	0	0	0	0	0	1
PDS	3	79	0	0	0	0	82
PRS	9	1	0	1	0	0	11
MSF	10	-	0	0	0	-	10
OFS	1	-	0	0	0	-	1
Total	32	95	2	2	6	4	141

Quadro Geral de Medidas Provisórias
04/02 a 31/03/2013

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
MPV	1	0	1
PLV	-	4	4

Quadro de Requerimentos 04/02 a 31/03/2013

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	2
Auditoria	3
Calendário especial	2
Congratulações, pesar e assemelhados	73
Convocação de autoridades	3
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	1
Criação ou alteração de comissão temporária	2
Destaque	4
Homenagem de pesar	6
Informações	4
Licença Saúde (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	20
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	11
Retirada de matéria	14
Suspensão de prazo de comissão	1
Tramitação conjunta	4
Urgência para matéria	10
Total Geral	161

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
04/02 a 31/03/2013

	PRES REP	SF	CD	Total
PEC	0	0	1	1
PLC	5	-	3	8
PLS	-	14	-	14
ECD	-	1	-	1
PDS	-	2	80	82
PRS	-	10	-	10
Total	5	27	84	116

**Quadro de Requerimentos de Licença
(sem ônus)
De 01/01/2013 a 31/03/2013**

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 ^(1, 5)	101	0	101
Art. 40 ⁽²⁾	2	0	2
Art. 43, I ⁽³⁾	13	0	13
Art. 43, II ⁽⁴⁾	9	0	9
Soma	125	0	125
Requerimentos de Retirada	0	0	0
Total Geral	125	0	125

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares.

**Quadro de Requerimentos de Licença
(com ônus) ***
De 01/01/2013 a 31/03/2013

Fundamentação – RISF	Apresentados	Não efetivados ⁽⁵⁾	Total
Art. 40 ⁽¹⁾	23	7	16
Art. 43, I ⁽²⁾	2	0	2
Art. 43, II ⁽³⁾	0	0	0
Art. 67 ⁽⁴⁾	1	0	1

1. Missão (em representação do Senado Federal)
 2. Licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;
 3. Licença por interesse particular com convocação de suplente;
 4. Representação externa;
 5. Incluem missões não realizadas e requerimentos aditados.
- * Requerimentos de licença com ônus aprovados pelo Plenário, que se encontram também disponibilizados no quadro de requerimentos.

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

01 a 31/03/2013

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 1

1. À promulgação. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 66/2012	Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.	Carlos Bezerra	26/03/2013

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 2

1. À sanção. Total: 2

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 31/2012	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00 (um bilhão, seiscentos e oitenta e três milhões, setescentos e dezesseis mil e quatrocentos reais), para o fim que especifica.	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	05/03/2013
PLV 2/2013	Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nºs 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 586, de 2012	26/03/2013

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 8**1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 6/2013	Dispõe sobre a remuneração das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004; das Carreiras do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; do Plano de Carreiras e Cargos da Susep e do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008; da Carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007; do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária - INCRA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005; dos Bombeiros e Policiais Militares dos Ex-Territórios Federais, dos militares inativos e respectivos pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, de que tratam as Leis nºs 10.486, de 4 de julho de 2002, 11.356, de 19 de outubro de 2006, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; da Carreira Policial Civil dos Extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006; dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012; altera as Leis referidas; e dá outras providências.	Presidente da República	26/03/2013

2. Ao arquivo. Total: 1**Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 159/2010	Altera a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, para tornar obrigatório o seguro contra acidentes pessoais.	Celso Russomanno	25/03/2013

3. À sanção. Total: 6**Aprovada pelo Plenário. Total: 6**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 112/2012	Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e dá outras providências.	Presidente da República	07/03/2013
PLC 119/2010	Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981.	Carlos Sampaio	26/03/2013
PLC 3/2012	Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.	Rebecca Garcia	26/03/2013
PLC 2/2013	Dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências.	Presidente da República	26/03/2013

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 8**3. À sanção. Total: 6****Aprovada pelo Plenário. Total: 6**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 4/2013	Cria cargos nas Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.266, de 12 de março de 1985, e da Lei nº 8.674, de 6 de julho de 1993.	Presidente da República	26/03/2013
PLC 5/2013	Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal e altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, 10.486, de 4 de julho de 2002, e 11.361, de 19 de outubro de 2006.	Presidente da República	26/03/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 12**1. À Câmara dos Deputados. Total: 4****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 113/2011	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.	Rodrigo Rollemberg	22/03/2013
PLS 627/2011	Dispõe sobre o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários.	Humberto Costa	22/03/2013
PLS 31/2012	Altera a Lei nº. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para dispor sobre a aplicação da renda líquida dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia em aperfeiçoamento técnico e cultural de seus integrantes e dá outras providências.	Marcelo Crivella	22/03/2013
PLS 325/2012	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para dispor sobre a validade das receitas médicas em todo o território nacional.	Jayme Campos	22/03/2013

2. Ao arquivo. Total: 8**Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 312/2009	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do imposto de renda os rendimentos de professores pós-graduados, obtidos em escolas do ensino básico da rede pública, quando no exercício de cargos acumulados nos termos do art. 37, XVI, a e b, da Constituição Federal.	Marcelo Crivella	25/03/2013
PLS 449/2011	Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estabelecer redução do imposto de renda da pessoa física incidente sobre ganho de capital na alienação de imóveis que sejam dotados de equipamentos e sistemas de aproveitamento de energia solar ou eólica.	Wilson Santiago	25/03/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 12**2. Ao arquivo. Total: 8****Retirada pelo autor. Total: 6**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 766/2011	Altera o Código Penal para tipificar os crimes de tráfico internacional e interno de pessoas para fins de exploração sexual, trabalho forçado, remoção de órgãos ou outro fim que acarrete ofensa relevante à dignidade da pessoa ou à sua integridade física.	Cpi - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil - 2011	06/03/2013
PLS 289/2008	Altera o § 2º do art. 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispensar o empresário e a sociedade optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) da obrigação de seguir um sistema de contabilidade e de levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.	Paulo Paim	11/03/2013
PLS 442/2011	Altera as alíquotas das contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social, de formação profissional e de fomento empresarial, e dá outras providências.	Ataídes Oliveira	13/03/2013
PLS 449/2012	Regulamenta o trabalho de tripulantes brasileiros em embarcações ou armadoras estrangeiras, com sede no Brasil, e que explorem economicamente o mar territorial e a costa brasileira, de cabotagem a longo curso e dá outras providências.	Paulo Paim	13/03/2013
PLS 177/2008	Altera a alínea "c" do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de modificar os fusos horários dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul do fuso horário de Greenwich menos quatro horas para o fuso horário Greenwich menos três horas.	Delcídio do Amaral	19/03/2013
PLS 230/2012	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o emprego industrial da substância sulfidrato de sódio.	Paulo Paim	20/03/2013

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 9**1. À Câmara dos Deputados. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 576/2012	Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem).	Comissão Mista de Controle Das Atividades de Inteligência	20/03/2013

2. À promulgação. Total: 8**Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 30/2010	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 20 de março de 2007.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	07/03/2013

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 9**2. À promulgação. Total: 8****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 7**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 389/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO JOAQUIM - AMCOAJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	27/03/2013
PDS 441/2012	Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASILEIRA DE ESPORTES COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rosa de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	27/03/2013
PDS 442/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DE ISRAELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Israelândia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	27/03/2013
PDS 457/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA COTEGIPENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	27/03/2013
PDS 458/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à NASSAU EDITORA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	27/03/2013
PDS 465/2012	Aprova o ato que outorga permissão à C.P.Z. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	27/03/2013
PDS 542/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA NOVO MARACANÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	27/03/2013

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 11**1. Ao arquivo. Total: 1****Prejudicada. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 4/2011	Acrescenta parágrafos ao art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, para permitir que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente possa ser dedicado à discussão de assunto de interesse nacional.	Marcelo Crivella	05/03/2013

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 11**2. À promulgação. Total: 10****Aprovada pelo Plenário. Total: 9**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 79/2012	Autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	05/03/2013
PRS 9/2013	Institui as sessões de debates temáticos no Senado Federal.	Mesa do Senado Federal	05/03/2013
PRS 27/2011	Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para regulamentar a competência, prevista no inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, de avaliar o Sistema Tributário Nacional e as administrações tributárias dos entes federados.	Renan Calheiros	06/03/2013
PRS 10/2013	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre o comparecimento dos dirigentes das agências reguladoras ao Senado Federal, em periodicidade anual.	Mesa do Senado Federal	07/03/2013
PRS 16/2013	Autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US\$ 6.569.351,22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um dólares dos Estados Unidos da América e vinte e dois centavos), para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil.	Comissão de Assuntos Econômicos	19/03/2013
PRS 17/2013	Autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US\$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares norte-americanos e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil.	Comissão de Assuntos Econômicos	19/03/2013
PRS 18/2013	Autoriza o Município de São Bernardo do Campo-SP a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos).	Comissão de Assuntos Econômicos	19/03/2013
PRS 2/2013	Cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.	Vanessa Grazziotin	20/03/2013
PRS 3/2013	Altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.	Romero Jucá	26/03/2013

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 13/2013	Suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução do inciso VI do art. 14 do Decreto-Lei nº 2.052, de 3 de agosto de 1983.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	18/03/2013

Matéria: Mensagem (sf). Total: 2**Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 10/2013	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.	Presidente da República	19/03/2013
MSF 110/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.	Presidente da República	19/03/2013

Matéria: Ofício (sf). Total: 1**Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 5/2012	Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Câmara dos Deputados	06/03/2013

Matéria: Requerimento. Total: 90**Aprovada pela Mesa. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 113/2013	Requer, nos termos do disposto no art. 258 e seguintes do RISF, tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 455, 456 e 470, de 2012, por regularem a mesma matéria.	Sérgio Souza	14/03/2013
RQS 139/2013	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos PLS n° 26, 35, 36, 37 e 53, de 2013. por versarem sobre a mesma matéria.	Jorge Viana	14/03/2013

Deferida pela Mesa. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 73/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 215, I, "a" e com o art. 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República informações sobre a administração, fiscalização e controle do tráfego aéreo no Aeroclube de Flores, em Manaus/AM.	Vanessa Grazziotin	14/03/2013
RQS 75/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 215, I, "a" e com o art. 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a situação de municípios do Estado do Amazonas que têm suas contas julgadas irregulares junto ao Cadastro Único de Convênios da Secretaria do Tesouro Nacional.	Vanessa Grazziotin	14/03/2013
RQS 78/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 215, I, "a" e com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações acerca a fiscalização de embarcações irregulares que trafegam nos rios da Amazônia.	Vanessa Grazziotin	14/03/2013

Matéria: Requerimento. Total: 90

Aprovada pelo Plenário. Total: 29

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 109/2013	Solicita urgência para o PLC 112/2012	Eduardo Braga	05/03/2013
RQS 115/2013	Solicita a tramitação em conjunto dos PRS 4/2011 e PRS 9/2013	Eduardo Lopes	05/03/2013
RQS 110/2013	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 7 e 8 de março de 2013, para desempenho de missão destinada a realizar visita as obras de Transposição do Rio São Francisco, conforme Plano de Trabalho aprovado pela Comissão Externa, criada pelo Requerimento nº 514, de 2011.	Vital do Rêgo	06/03/2013
RQS 111/2013	Requer, nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participação, na qualidade de representante da Comissão Externa, para acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, nos dias 7 e 8 de março de 2013.	Cícero Lucena	06/03/2013
RQS 112/2013	Requer, com fundamento no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar a Casa, na condição de relator da Comissão Externa para acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, nos dias 7 e 8 de março de 2013.	Humberto Costa	06/03/2013
RQS 118/2013	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, no dia 5 de março de 2013.	Ricardo Ferraço	06/03/2013
RQS 119/2013	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, no dia 5 de março, aos 58 anos.	Eduardo Suplicy	06/03/2013
RQS 120/2013	Requer, nos termos do art. 218, IV, c/c art.221, I e II do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hugo Chavez, com a apresentação de condolências a sua família e ao Estado Bolivariano da Venezuela. Requer, ainda, a constituição de comissão de três senadores para representar a Casa nas cerimônias fúnebres.	Randolfe Rodrigues	06/03/2013
RQS 124/2013	Requer, nos termos dos arts. 67 e 68 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de representação externa do Senado Federal composta por um Senador, designado pelo Presidente, para representar a Casa nas cerimônias fúnebres pelo falecimento do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Sr. Hugo Chávez.	Randolfe Rodrigues	06/03/2013
RQS 134/2013	Requer, nos termos do art. 199 do RISF, em aditamento ao RQS nº 1049/2012, que a sessão destinada a comemorar os 40 anos da Embrapa, seja realizada no dia 22 de abril, de 2013.	Ana Amélia	07/03/2013
RQS 147/2013	Requerem, com fundamento no inciso II, do art. 336, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2013.	Líderes Partidários	12/03/2013
RQS 149/2013	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 1.107, de 2012, licença para ausência do Senador Paulo Bauer dos trabalhos da Casa no período de 28 a 9 de março de 2013.	Paulo Bauer	12/03/2013
RQS 151/2013	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Secretária de Política para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul, Márcia Santana.	Paulo Paim	13/03/2013
RQS 153/2013	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar à família da Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, Márcia Santana, falecida dia 13 de março de 2013.	Ana Rita	13/03/2013
RQS 25/2013	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no Plenário do Senado Federal, no dia 14 de outubro de 2013, para comemorar o centenário de nascimento de Vinícius de Moraes.	Inácio Arruda	13/03/2013
RQS 26/2013	Requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no Plenário do Senado Federal, no dia 7 de outubro de 2013, para comemorar os 60 anos da Petrobras.	Inácio Arruda	13/03/2013
RQS 174/2013	Requer, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos complementares.	Líderes Partidários	19/03/2013
RQS 175/2013	Requer calendário especial para apreciação da PEC 66/2012, em primeiro e segundo turnos	Líderes Partidários	19/03/2013

Matéria: Requerimento. Total: 90

Aprovada pelo Plenário. Total: 29

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 176/2013	Requer calendário especial para tramitação da da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011(tramitando em conjunto com as PEC nºs 46 e 61, de 2012) para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas para o dia 19 de março de 2013, na forma que segue: Sessões em primeiro Turno Primeira Sessão de discussão em primeiro turno 16h00 Segunda Sessão de discussão em primeiro turno 16h05 Terceira Sessão de discussão em primeiro turno 16h10 Quarta Sessão de discussão em primeiro turno 16h15 Quinta Sessão de discussão em primeiro turno 16h20 Sessões em segundo Turno Primeira Sessão de discussão em segundo turno 16h25 Segunda Sessão de discussão em segundo turno 16h30 Terceira Sessão de discussão em segundo turno 16h35	Wellington Dias	19/03/2013
RQS 144/2013	Requerem a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 13 de maio de 2013, às 10 horas, destinada a homenagear o 65º Aniversário da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf.	Lídice da Mata	26/03/2013
RQS 189/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar a Casa a convite do Presidente da Comissão Especial Externa "Transposição do Rio São Francisco", Senador Vital do Rêgo, em visita às obras de Transposição do Rio São Francisco, que ocorrerá nos Estados da Paraíba e Pernambuco (Eixo Leste), no dia 5 de abril de 2013.	Benedito de Lira	26/03/2013
RQS 194/2013	Requer, com base no artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa nos dias 26 e 27 de março de 2013, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para cumprir Missão ao Estado Plurinacional da Bolívia, cujo itinerário será Brasília/Oruro/La Paz/Brasília; e comunica que estará ausente do País no mesmo período.	Ricardo Ferraço	26/03/2013
RQS 195/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar o Senado, na condição de relator da Comissão Externa para acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do rio São Francisco, em visitas a serem realizadas nos dias 5 e 6 de abril de 2013.	Humberto Costa	26/03/2013
RQS 196/2013	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no dia 5 de abril de 2013, para desempenho de missão destinada a realizar visita às obras de transposição do rio São Francisco.	Vital do Rêgo	26/03/2013
RQS 188/2013	Requer, na forma do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal e dos arts. 216, inciso I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, pedido de informações sobre a execução do Convênio nº 75.7141/2011, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Santarém/PA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	Flexa Ribeiro	27/03/2013
RQS 203/2013	Requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Sessão Especial, em 17 de junho de 2013, às 11 horas, destinada a comemorar os 191 anos de fundação do Grande Oriente do Brasil.	Sodré Santoro	27/03/2013
RQS 214/2013	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 203, de 2013, que a data prevista para a realização da Sessão Especial, destinada a comemorar os 191 anos do Grande Oriente Brasil, seja alterada para o dia 24 de junho do corrente, às 11 horas.	Sodré Santoro	27/03/2013
RQS 215/2013	Requer, nos termos do artigo 315, combinado com o inciso III do artigo 279, todos do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da votação no Requerimento nº 201, de 2013, pelo prazo de 30 dias úteis.	Armando Monteiro	27/03/2013
RQS 216/2013	Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 702, de 2012, de criação da Comissão de Juristas destinada a elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, que o referido Colegiado passe a ser composto por vinte membros.	José Sarney	27/03/2013

Matéria: Requerimento. Total: 90

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 125/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão no exterior sua participação na 128ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se em Quito, Equador, no período de 21 a 24 de março de 2013, e comunica, para efeito do disposto no art. 39 de referido Regimento, que estará ausente do País no período de 20 a 25 de março de 2013.	Ana Amélia	15/03/2013
RQS 145/2013	Requer, com fundamento no artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, indicação e licença para representar esta Casa, em missão no exterior, na Terceira Missão de Estudos sobre Inovação, que se realizará no período de 22 a 29 de março de 2013, nas cidades de San Diego, São Francisco e Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos. Comunica ainda, nos termos do artigo 39, a ausência do país do Senador Humberto Costa, neste mesmo período.	Humberto Costa	15/03/2013
RQS 146/2013	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 21 a 27 de março de 2013, para integrar a delegação brasileira, como representante do Senado Federal, na 128ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se em Quito, Equador, conforme designação do Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país entre os dias 21 a 27 de março de 2013.	Sérgio Petecão	15/03/2013

Encaminhada pela Presidência. Total: 29

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 121/2013	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do cantor e compositor Alexandrer Magno Abrão, o Chorão, da banda Charlie Brown Jr., e apresentação de condolências a seu filho Alexandre Abrão.	Eduardo Suplicy	06/03/2013
RQS 122/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos anais do Senado Federal voto de aplauso às mulheres paraenses.	Flexa Ribeiro	06/03/2013
RQS 127/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso à Manaus Aerotáxi Participações (MAP), que iniciou suas operações na malha regional no dia 4 de março de 2013.	Vanessa Grazziotin	06/03/2013
RQS 128/2013	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ocorrido no dia 6 de março de 2013, assim como seja encaminhado o referido voto aos seus familiares, amigos e ao povo da Venezuela.	Vanessa Grazziotin	06/03/2013
RQS 129/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimneto Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de congratulações e aplauso à ministra Eleonora Menicucci, homenageada com a V Medalha Ruth Cardoso, no dia 4 de março de 2013, na capital paulista	Vanessa Grazziotin	06/03/2013
RQS 136/2013	Requer, nos termos do art. 218, combinado com o art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar do Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela, em decorrência do falecimento do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chavez.	Angela Portela	07/03/2013
RQS 143/2013	Requer, de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do ex-governador de Sergipe e ex-senador, Lourival Baptista: Inserção em ata de voto de profundo pesar; apresentação de condolências à família.	Antonio Carlos Valadares	12/03/2013
RQS 158/2013	Requer, nos termos do art. 222 do RISF, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao jornal Diário do Amazonas, que completa 28 anos, no dia 14 de março do ano corrente.	Vanessa Grazziotin	14/03/2013
RQS 159/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao Município de Lábrea, pelos seus 127 anos, comemorado no dia 7 de março de 2013, bem como seja encaminhado o voto ao senhor Prefeito, Evaldo de Souza Gomes.	Vanessa Grazziotin	14/03/2013
RQS 165/2013	Requer, nos termos do art.222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações ao JORNAL IBIA, pelo transcurso dos 30 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 16 de março de 2013.	Ana Amélia	14/03/2013
RQS 166/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à dona Justina Cândido Dique e à dona Rosa Otaviano Mocambite, ganhadoras do Prêmio "Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável".	Vanessa Grazziotin	14/03/2013

Matéria: Requerimento. Total: 90

Encaminhada pela Presidência. Total: 29

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 177/2013	Requerem, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cléa de Melo Cavalcanti, mãe do Senador Mozarildo Cavalcanti, ocorrido em 19 de março de 2013.	João Vicente Claudino	19/03/2013
RQS 179/2013	Requer, nos termos do art. 218, inciso II e inciso III alínea "e", art. 219 e art. 221, incisos I e II do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Padre Ernesto Sassida.	Ruben Figueiró	20/03/2013
RQS 180/2013	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do cantor Emílio Vitalino Santiago, ocorrido dia 20 de março de 2013.	Paulo Paim	20/03/2013
RQS 182/2013	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do cantor e compositor Emílio Santiago, na manhã desta quarta- feira, dia 20 de março de 2013.	Eduardo Suplicy	20/03/2013
RQS 200/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos ao município de Porto Alegre-RS, pelos 241 anos de sua fundação.	Paulo Paim	26/03/2013
RQS 205/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata do Voto de Congratulações e Aplausos a Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, por ser a primeira mulher a ocupar a Vice-Presidência do Supremo Tribunal Militar.	Vanessa Grazziotin	26/03/2013
RQS 206/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao Município de Pauíni, que está comemorando 57 anos.	Vanessa Grazziotin	26/03/2013
RQS 207/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos aos estudantes amazonenses Rodrigo Galvão, Stephanie Lopes e Thábita Luniere, que receberam um prêmio pelo Projeto de Monitoramento Eletrônico de Vagas de Estacionamento para Deficiente (Meved).	Vanessa Grazziotin	26/03/2013
RQS 208/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata do Voto de Congratulações e Aplausos, pela homenagem prestada ao Senador Jefferson Péres.	Vanessa Grazziotin	26/03/2013
RQS 209/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos ao Senhor Lafayette C. Vieira Júnior, que assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas-TJ-AM.	Vanessa Grazziotin	26/03/2013
RQS 210/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, a Senhora Liana Belém Pereira Mendonça de Souza, por assumir a Presidência da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ).	Vanessa Grazziotin	26/03/2013
RQS 219/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao Município de Maraã, que comemora aniversário no dia 25 de março de 2013.	Vanessa Grazziotin	27/03/2013
RQS 220/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao Município de Japurá-AM, que está comemorando 49 anos, no dia 30 de março próximo, bem como seja encaminhado o referido voto ao prefeito Raimundo Guedes dos Santos.	Vanessa Grazziotin	27/03/2013
RQS 221/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso a Márcia Perales, que foi eleita membro da Academia Amazonense de Letras, no dia 25 de março último.	Vanessa Grazziotin	27/03/2013
RQS 222/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e aplausos, ao Partido Comunista do Brasil - PCdoB, pelo aniversário de 91 anos de fundação, ocorrido no dia 25 de março de 2013.	Vanessa Grazziotin	27/03/2013
RQS 223/2013	Requer, nos termos regimentais, que seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do Padre Renzo Rossi, apresentando condolências à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.	Lídice da Mata	27/03/2013
RQS 224/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Salvador, em homenagem aos 464 anos da fundação da cidade.	Lídice da Mata	27/03/2013
RQS 226/2013	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de Maria Cândida Portinari.	Inácio Arruda	27/03/2013

Matéria: Requerimento. Total: 90**Publicada. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 202/2013	Requer, nos termos regimentais, que sejam apresentados votos de congratulações ao Tribunal de Justiça de Sergipe pela homenagem recebida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelo fato de ter sido o único tribunal do país a cumprir 100% da Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp).	Antonio Carlos Valadares	26/03/2013

Rejeitada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 135/2013	Requer, nos termos do artigo 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 2 - PLEN, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2012.	Aloysio Nunes Ferreira	07/03/2013
RQS 212/2013	Solicita destaque para votação em separado da Emenda nº 11 apresentada ao PLV 2/2013 - MPV 586/2012	Aloysio Nunes Ferreira	26/03/2013

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1187/2012	Requer, nos termos do art. 256, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 766, de 2011, apresentado por esta comissão em 21/12/2012, por ocasião da aprovação de seu Relatório Parcial, tendo em vista a apresentação de nova proposição em seu relatório final.	Cpi - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas No Brasil - 2011	06/03/2013
RQS 133/2013	Reque, nos termos do art. 256, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo do Requerimento nº 950, de 2012.	Aécio Neves	07/03/2013
RQS 137/2013	Requer, nos termos do art.256, I, do RISF, a retirada do PLS nº 289 de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim.	Paulo Paim	11/03/2013
RQS 154/2013	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada do PLS nº 449, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim.	Paulo Paim	13/03/2013
RQS 155/2013	Solicita a retirada do PLS 442/2011	Ataídes Oliveira	13/03/2013
RQS 163/2013	Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 126, de 2013.	Ana Amélia	14/03/2013
RQS 167/2013	Requer, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 132, de 06 de março de 2013, motivo pelo qual fatos ulteriores impedem a participação de Sua Excelência em missão parlamentar na República Tcheca e República Eslovaca.	Aloysio Nunes Ferreira	15/03/2013
RQS 172/2013	Requer, nos termos do art. 256 do RISF, a Retirada do PLS nº 177, de 2008, de autoria do Senador Delcídio do Amaral.	Delcídio do Amaral	19/03/2013
RQS 178/2013	Requer, nos termos de art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2012.	Paulo Paim	20/03/2013
RQS 181/2013	Solicita a retirada em caráter definitivo do RQS 156/2013, que solicita a tramitação em conjunto das seguintes PEC: 124/2011; 126/2011 e 30/2012.	Sérgio Souza	20/03/2013
RQS 213/2013	Solicita a retirada, em caráter terminativo, do RQS 211/2013.	Walter Pinheiro	26/03/2013

Retirada pelo autor. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 950/2012	Requer, nos termos do arts. 50; § 2º; 70; e 74, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Sr. Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União sobre o Sistema de Controle Interno da União.	Aécio Neves	07/03/2013

Matéria: Requerimento. Total: 90**Retirada pelo autor. Total: 5**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 126/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como desempenho de missão no exterior sua participação, no período de 25 a 30 de março de 2013, nas reuniões do Parlamento Eslovaco e no Parlamento Tcheco, a realizarem-se nas capitais da República Eslovaca e da República Tcheca, e comunica, para efeito do disposto no art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 22 a 31 de março de 2013.	Ana Amélia	14/03/2013
RQS 132/2013	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 25 a 30 de março de 2013, para participar de missão parlamentar na República Tcheca, em retribuição à visita de parlamentares tchecos ao Congresso brasileiro, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 22 a 31 de março de 2013.	Aloysio Nunes Ferreira	15/03/2013
RQS 156/2013	Requer, nos termos do disposto no art. 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado, tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 124 e 126, de 2011, e 30, de 2012.	Sérgio Souza	20/03/2013
RQS 211/2013	Solicita destaque para votação em separado da Emenda nº 3 apresentada ao PLV 2/2013 - MPV 586/2012	Walter Pinheiro	26/03/2013

Prejudicada. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 114/2013	Requer, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2012.	Líderes Partidários do Senado e da Câmara	05/03/2013
RQS 197/2013	Solicita urgência para o PLC 4/2013, nos termos do art. 336, II, RISF.	Líderes Partidários	26/03/2013
RQS 198/2013	Solicita urgência para o PLC 5/2013, nos termos do art. 336, II, RISF.	Líderes Partidários	26/03/2013
RQS 199/2013	Solicita urgência para o PRS 3/2013, nos termos do art. 336, II, RISF.	Comissão de Assuntos Econômicos	26/03/2013

Arquivada por ter sido atendida. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 6/2013	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial em comemoração ao Dia 8 de Março, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a ser realizada no dia 4 de março de 2013.	Vanessa Grazziotin	08/03/2013

Matéria: Requerimento de Licença com ônus (total: 16)**Arts. 40 e 67 do Regimento Interno do Senado Federal****Março de 2013**

Autor	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Vital do Rêgo	110	2013	40	07/03/2013 e 08/03/2013	Desempenho de missão destinada a realizar visita às obras de Transposição do Rio São Francisco, conforme Plano de Trabalho aprovado por Comissão Externa.
Cícero Lucena	111	2013	40	07/03/2013 e 08/03/2013	Desempenho de missão destinada a realizar visita às obras de Transposição do Rio São Francisco, conforme Plano de Trabalho aprovado por Comissão Externa.
Humberto Costa	112	2013	40	07/03/2013 e 08/03/2013	Desempenho de missão destinada a realizar visita às obras de Transposição do Rio São Francisco, conforme Plano de Trabalho aprovado por Comissão Externa.
Randolfe Rodrigues	124	2013	67	07/03/2013 e 08/03/2013	Representação Externa nas cerimônias fúnebres pelo falecimento do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Sr. Hugo Chávez, em Caracas, Venezuela
Ana Amélia	125	2013	40	De 21/03/2013 a 24/03/2013	Participar da 128ª Assembléia da União Interpalamentar, em Quito, Equador
Sérgio Petecão	146	2013	40	De 21/03/2013 a 27/03/2013	Participar da 128ª Assembléia da União Interpalamentar, em Quito, Equador
Paulo Bauer	149	2013	40	De 28/02/2013 a 09/03/2013	Aditamento ao Requerimento nº 1.107, de 2012, que requer licença para participar do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça.
Benedito de Lira	189	2013	40	05/04/2013	Desempenho de missão destinada a realizar visita às obras de Transposição do Rio São Francisco, conforme Plano de Trabalho aprovado por Comissão Externa.
Ricardo Ferraço	194	2013	40	26/03/2013 e 27/03/2013	Participar, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, de comitiva Oficial para cumprir missão no Estado Plurinacional da Bolívia, cujo itinerário será Brasília/Oruro/La Paz/Brasília.
Humberto Costa	195	2013	40	05/04/2013 e 06/04/2013	Desempenho de missão destinada a realizar visita às obras de Transposição do Rio São Francisco, conforme Plano de Trabalho aprovado por Comissão Externa.
Vital do Rêgo	196	2013	40	05/04/2013	Desempenho de missão destinada a realizar visita às obras de Transposição do Rio São Francisco, conforme Plano de Trabalho aprovado por Comissão Externa.

Matéria: Requerimento de Licença sem ônus (total: 54)

Arts. 13; 43, I; e 43, II do Regimento Interno do Senado Federal

Março de 2013					
Autor	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Valdir Raupp	71 - M	2013	13	28/02/2013	Atividade Parlamentar
Paulo Bauer	72 - M	2013	13	De 22/03/2013 a 29/03/2013	Atividade Parlamentar
Antonio Carlos Valadares	73 - M	2013	43, II	De 02/04/2013 a 06/04/2013	Licença Particular
Garibaldi Alves	74 - M	2013	43, I	De 05/03/2013 a 07/03/2013	Licença Saúde
Jader Barbalho	75 - M	2013	13	05/03/2013	Atividade Parlamentar
Cícero Lucena	76 - M	2013	13	06/03/2013 e 07/03/2013	Atividade Parlamentar
Lobão Filho	77 - M	2013	43, II	07/03/2013	Licença Particular
Eduardo Amorim	78 - M	2013	13	07/03/2013	Atividade Parlamentar
Eduardo Lopes	79 - M	2013	13	07/03/2013	Atividade Parlamentar
Jarbas Vasconcelos	80 - M	2013	13	07/03/2013	Atividade Parlamentar
Luiz Henrique	81 - M	2013	13	07/03/2013	Atividade Parlamentar
Lúcia Vânia	82 - M	2013	13	07/03/2013	Atividade Parlamentar
Delcídio do Amaral	83 - M	2013	43, I	De 04/03/2013 a 07/03/2013	Licença Saúde
Sodré Santoro	84 - M	2013	13	28/02/2013	Atividade Parlamentar
Rodrigo Rollemberg	85 - M	2013	43, I	06/03/2013	Licença Saúde
João Capiberibe	86 - M	2013	13	12/03/2013	Atividade Parlamentar
Jayme Campos	87 - M	2013	13	12/03/2013	Atividade Parlamentar
Jayme Campos	88 - M	2013	13	13/03/2013 e 14/03/2013	Atividade Parlamentar
Anibal Diniz	89 - M	2013	13	14/03/2013	Atividade Parlamentar
Eduardo Amorim	90 - M	2013	13	14/03/2013	Atividade Parlamentar
Cristovam Buarque	91 - M	2013	13	14/03/2013	Atividade Parlamentar
Kátia Abreu	92 - M	2013	13	14/03/2013	Atividade Parlamentar
Clésio Andrade	93 - M	2013	13	14/03/2013	Atividade Parlamentar
Lobão Filho	94 - M	2013	43, II	14/03/2013	Licença Particular
Waldemir Moka	95 - M	2013	13	14/03/2013	Atividade Parlamentar
Jader Barbalho	96 - M	2013	13	De 12/03/2013 a 14/03/2013	Atividade Parlamentar
Mário Couto	97 - M	2013	13	De 19/03/2013 a 21/03/2013	Atividade Parlamentar
Garibaldi Alves	98 - M	2013	43, I	De 17/03/2013 a 28/03/2013	Licença Saúde
Jorge Viana	99 - M	2013	13	De 23/03/2013 a 28/03/2013	Atividade Parlamentar
Sodré Santoro	100 - M	2013	13	De 19/03/2013 a 21/03/2013	Atividade Parlamentar
Magno Malta	101 - M	2013	13	19/03/2013	Atividade Parlamentar
João Alberto Souza	102 - M	2013	13	19/03/2013	Atividade Parlamentar
Magno Malta	103 - M	2013	13	20/03/2013	Atividade Parlamentar
Lobão Filho	104 - M	2013	43, II	21/03/2013	Licença Particular
Sérgio Petecão	105 - M	2013	13	21/03/2013	Atividade Parlamentar
Casildo Maldaner	106 - M	2013	43, II	26/03/2013 e 27/03/2013	Licença Particular
Magno Malta	107 - M	2013	13	21/03/2013	Atividade Parlamentar
Clésio Andrade	108 - M	2013	13	21/03/2013	Atividade Parlamentar
José Sarney	109 - M	2013	43, I	De 12/03/2013 a 14/03/2013	Licença Saúde
Eduardo Lopes	110 - M	2013	13	21/03/2013	Atividade Parlamentar
Inácio Arruda	111 - M	2013	13	21/03/2013	Atividade Parlamentar
Epitácio Cafeteira	112 - M	2013	43, I	De 27/02/2013 a 19/03/2013	Licença Saúde
João Durval	113 - M	2013	13	26/03/2013 e 27/03/2013	Atividade Parlamentar
Mário Couto	114 - M	2013	13	25/03/2013	Atividade Parlamentar
Delcídio do Amaral	115 - M	2013	43, II	26/03/2013 e 27/03/2013	Licença Particular

Matéria: Requerimento de Licença sem ônus (total: 54)**Arts. 13; 43, I; e 43, II do Regimento Interno do Senado Federal****Março de 2013**

Autor	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Maria do Carmo Alves	116 - M	2013	13	26/03/2013	Atividade Parlamentar
Benedito de Lira	117 - M	2013	13	26/03/2013 e 27/03/2013	Atividade Parlamentar
Jayme Campos	118 - M	2013	13	26/03/2013	Atividade Parlamentar
Francisco Dornelles	119 - M	2013	13	26/03/2013 e 27/03/2013	Atividade Parlamentar
Jader Barbalho	120 - M	2013	13	26/03/2013 e 27/03/2013	Atividade Parlamentar
Ciro Nogueira	121 - M	2013	13	27/03/2013	Atividade Parlamentar
Anibal Diniz	122 - M	2013	13	27/03/2013	Atividade Parlamentar
Maria do Carmo Alves	123 - M	2013	13	27/03/2013	Atividade Parlamentar
Jayme Campos	124 - M	2013	13	27/03/2013	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha

01 a 31/03/2013

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

01 a 31/03/2013

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	02
Conjunta Solene	03
Total	05

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovados)	002
Vetos (dispositivos rejeitados)	142
Total	144

Lidas	Quantidade
Mensagem	001
Vetos totais	004
Vetos parciais	098
Total	103

Resenha Consolidada

02/02 a 31/03/2013

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	02
Conjunta Solene	04
Total	06

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovados)	002
Vetos (dispositivos rejeitados)	142
Total	144

Sessões Realizadas

01 a 31/03/2013

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
2ª Conjunta	05/03/2013, às 19horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação do Veto Parcial nº 38, de 2012, e do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2012.
3ª Conjunta Solene	06/03/2013, às 11 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher, agradecer as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, e lançar a Procuradoria da Mulher no Senado Federal.
4ª Conjunta	06/03/2013, às 19h25min, suspensa a 1h22min, reaberta em 12/03/2013, às 19h51min (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação do Veto Parcial nº 38, de 2012, e do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2012.
5ª Conjunta Solene	18/03/2013, às 11 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada à comemoração do ano da Contabilidade no Brasil.
6ª Conjunta Solene	25/03/2013, às 11 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a reverenciar a memória do Senador Almir Santos Pinto, pelo transcurso do seu centenário de nascimento.

Matérias

01 a 31/03/2013

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
-	Mensagem nº 79/2013, na origem	Informa que foi retificada no Diário Oficial da União de 05/03/2013, em edição extra, por erro material, a Mensagem nº 522, de 30 de novembro de 2012, que comunica, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, o veto parcial, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, ao Projeto de Lei nº 2.565, de 2011 (nº 448/11 no Senado Federal), que "Modifica as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha".	05/03/2013, às 19 horas	Leitura
147/2012-CN (nº 522/2012, na origem)	PLS nº 448/2011 (nº 2.565/2011, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 38/2012 Leitura: 12/12/2012	Modifica as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.	06/03/2013, às 19h25min	Rejeitados os vetos Total – 142 A Presidenta da República Nacional promulgou nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as partes vetadas da Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012. (DOU 15/03/2013)

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
91/2012-CN (nº 387/2012, na origem)	PL nº 24/2012-CN Leitura: 31/08/2012	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.	06/03/2013, às 19h25min, suspensa às 1h22min, reaberta em 12/03/2013, às 19h51min	Aprovados o Substitutivo e os Adendos de Plenário: - Em 06/03/2013, na Câmara dos Deputados - Em 12/03/2013, no Senado Federal.
157/2012-CN (nº 577/2012, na origem)	PL nº 55/2012-CN Leitura: 19/12/2012	Altera a Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013.	06/03/2013, às 19h25min	Aprovado requerimento de urgência. Aprovado o Substitutivo. À sanção
158/2012-CN (nº 580/2012, na origem)	PLC nº 60/2012 (nº 6.562/2009, na Casa de origem)' Veto Parcial nº 43/2012	Altera o art. 4º e acrescenta art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que "dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes", para dispor sobre a locação nos contratos de construção ajustada.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 01 Veto Parcial
159/2012-CN (nº 581/2012, na origem)	PLS nº 225/2011- Complementar (nº 114/2011- Complementar, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 44/2012	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 01 Veto Total
160/2012-CN (nº 582/2012, na origem)	PLS nº 216/2007 (nº 5.732/2009, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 45/2012	Permite que o trabalhador com mais de 60 (sessenta) anos de idade e aquele que receba benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, saquem seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS-Pasep.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 01 Veto Total
164/2012-CN (nº 606/2012, na origem)	PLS nº 168/2011 (nº 1.631/2011, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 46/2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 03 Veto Parcial
165/2012-CN (nº 607/2012, na origem)	PLS nº 253/2009 (nº 6.359/2009, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 47/2012	Altera as Leis nºs 12.468, de 26 de agosto de 2011, e 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 05 Veto Parcial
166/2012-CN (nº 608/2012, na origem)	PLV nº 25/2012 (oriundo da MP nº 575/2012) Veto Parcial nº 48/2012	Altera as Leis nºs 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para dispor sobre o aporte de recursos em favor do parceiro privado, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.420, de 10 de abril de 2002, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.602, de 12 de dezembro de 2002, e 9.718, de 27 de novembro de 1998, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 14 Veto Parcial
167/2012-CN (nº 609/2012, na origem)	PLV nº 29/2012 (oriundo da MP nº 577/2012) Veto Parcial nº 49/2012	Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica; altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 11.508, de 20 de julho de 2007, 11.484, de 31 de maio de 2007, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.492, de 10 de setembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 02 Veto Parcial

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
171/2012-CN (nº 622/2012, na origem)	PLC nº 124/2012 (nº 4.362/2012, na Casa de origem) Veto Parcial nº 50/2012	Altera a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 01 Veto Parcial
172/2012-CN (nº 624/2012, na origem)	PLC nº 127/2012 (nº 4.371/2012, na Casa de origem) Veto Parcial nº 51/2012	Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal, Defensor Público da União e da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, Diplomata, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, das Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, de que trata a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, dos cargos de Delegado de Polícia Federal e de Perito Criminal Federal da Carreira Policial Federal, da Carreira de Policial Rodoviário Federal; altera as Leis nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, 11.776, de 17 de setembro de 2008, 9.654, de 2 de junho de 1998, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; revoga dispositivos das Leis nºs 10.883, de 16 de junho de 2004, e 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 01 Veto Parcial
173/2012-CN (nº 625/2012, na origem)	PLC nº 129/2012 (nº 1.863/2011, na Casa de origem) Veto Parcial nº 52/2012	Altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 08 Veto Parcial
174/2012-CN (nº 626/2012, na origem)	PLC nº 130/2012 (nº 2.167/2011, na Casa de origem) Veto Parcial nº 53/2012	Altera o Plano de Carreira dos Servidores da Câmara dos Deputados e dá outras providências.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 01 Veto Parcial
1/2013-CN (nº 1/2013, na origem)	PLV nº 26/2012 (oriundo da MP nº 584/2012) Veto Parcial nº 1/2013	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 05 Veto Parcial
2/2013-CN (nº 2/2013, na origem)	PLC nº 87/2011 (nº 5.982/2009, na Casa de origem) Veto Total nº 2/2013	Altera o § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que 'dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências', para conferir aos integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, aos integrantes das escoltas de presos e às guardas portuárias o direito de portar arma de fogo, mesmo fora de serviço, com validade em âmbito nacional.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 01 Veto Total
3/2013-CN (nº 3/2013, na origem)	PLC nº 172/2009 (nº 6.070/2005, na Casa de origem) Veto Total nº 3/2013	Altera os arts. 162, 163 e 164 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 01 Veto Total
4/2013-CN (nº 7/2013, na origem)	PLV nº 30/2012 (oriundo da MP nº 579/2012) Veto Parcial nº 4/2013	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 11 Veto Parcial
5/2013-CN (nº 11/2013, na origem)	PLS nº 229/1995 (nº 6.381/2005, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 5/2013	Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 4 Veto Parcial

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
6/2013-CN (nº 12/2013, na origem)	PLV nº 27/2012 (oriundo da MP nº 578/2012) Veto Parcial nº 6/2013	Permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI; e altera as Leis nºs 7.064, de 6 de dezembro de 1982, 8.352, de 28 de dezembro de 1991, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.893, de 13 de julho de 2004, 12.249, de 11 de junho de 2010, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011.	06/03/2013, às 19h25min	Leitura Total - 42 Veto Parcial

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional 01 a 31/03/2013

Nº	Assunto
5/2013 (public. no DOU de 04/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 590, de 29 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 30, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para ampliar a idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família elegíveis ao recebimento do Benefício para Superação da Extrema Pobreza, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
6/2013 (public. no DOU de 04/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 30, do mesmo mês e ano, que "Altera a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, e sobre a modicidade tarifária", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
7/2013 (public. no DOU de 04/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia mês e ano, em Edição Extra, que "Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, e para disciplinar a destinação dos recursos do Fundo Social", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
8/2013 (public. no DOU de 11/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 593, de 5 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 6, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante; e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
9/2013 (public. no DOU de 11/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 594, de 6 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 7, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica; altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; e altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza a concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais nas operações de crédito para investimentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
10/2013 (public. no DOU de 11/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 7, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
11/2013 (public. no DOU de 11/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 596, de 6 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 7, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R\$ 573.330.080,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Nº	Assunto
12/2013 (public. no DOU de 22/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 597, de 26 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
13/2013 (public. no DOU de 22/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e empresas estatais, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
14/2013 (public. no DOU de 22/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 599, de 27 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 28, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS, institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
15/2013 (public. no DOU de 22/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 600, de 28 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011; a Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; altera a Medida Provisória nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; altera a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012; e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
16/2013 (public. no DOU de 22/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Altera as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra, e para desonerar a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista; nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas das contribuições de que tratam os incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para permitir às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir o valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
17/2013 (public. no DOU de 22/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 602, de 28 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 31, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
18/2013 (public. no DOU de 22/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 21, do mesmo mês e ano, que "Altera a Medida Provisória nº 587, de 9 de novembro de 2012, que autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002; amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; e estabelece medidas para aquisição de milho em grãos para o atendimento ao Programa de Venda Balcão aos pequenos criadores situados nos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
19/2013 (public. no DOU de 22/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 604, de 18 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 21, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R\$ 361.368.057,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
20/2013 (public. no DOU de 22/03/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 24, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 31/03/2013

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
207/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Tendo em vista manifestações do Senador Cristovam Buarque e do Deputado Roberto Freire, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional no dia 6 de maio do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o transcurso de mais de quarenta anos de dedicação à vida pública do ex-Ministro da Justiça, ex-Deputado, Senhor Fernando Lyra.
204/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 8 de março de 2013, e publicou no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, a Medida Provisória nº 609, de 2013, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências". Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação.
203/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada no dia 6 do corrente mês, rejeitou os vetos parciais apostos ao Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011 (PL nº 2.565, de 2011, nessa Casa), que se transformou na Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, que "Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha".
201/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência autuou, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes Avisos do Congresso Nacional: - nº 7, de 2013 (nº 26-Seses-TCU-Plenário, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 93-TCU-Plenário, de 2013, sobre fiscalização das obras de melhoria da capacidade de tráfego e duplicação da BR 116, no Rio Grande do Sul, objeto do Fiscobras 2010 (TC 003.063/2012-7); e - nº 8, de 2013 (nº 5-Seses-TCU-Plenário, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 29-TCU-Plenário, de 2013, referente à auditoria em obras de esgotamento sanitário no Município de Pilar/AL (TC 011.537/2012-4). As proposições, publicadas no DSF de 08/03/2013, vão ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
200/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 12/2013, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. A matéria, publicada no DSF de 12/03/2013, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
199/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 28 de fevereiro de 2013, e publicou no Diário Oficial da União de 1º de março de 2013, a Medida Provisória nº 608, de 2013, que "Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa nas condições que estabelece e dispõe sobre os títulos de crédito e instrumentos emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para composição de seu patrimônio de referência, e altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010". Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação.
198/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2012 (Medida Provisória nº 581, de 2012), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 27/02/2013, que "Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO; altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 para autorizar a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A.; altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estender à Região Centro-Oeste incentivos fiscais vigentes em benefício das Regiões Norte e Nordeste; e dá outras providências".
194/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2013 (Medida Provisória nº 582, de 2012), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 27/02/2013, que "Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; altera as Leis nºs 12.715, de 17 de setembro de 2012; 7.713, de 22 de dezembro de 1988; 10.925, de 23 de julho de 2004, e 9.718, de 27 de novembro de 1998; e dá outras providências".
192/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 587, de 2012, que "Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004". À Medida foram oferecidas 25 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 4, de 2013-CN, que concluiu pelo PLV nº 3, de 2013.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
190/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que nos termos do art. 2º do Regimento Comum, está convocada sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 25 de março do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a reverenciar a memória do Senador Almir Santos Pinto, pelo transcurso do seu centenário de nascimento.
189/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que nos termos do art. 2º do Regimento Comum, está convocada sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 18 de março do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à comemoração do ano da Contabilidade no Brasil.
188/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2012 (Medida Provisória nº 588, de 2012), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 05/03/2013, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00, para o fim que especifica”.
186/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 18 de fevereiro do corrente, para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 574, de 2012, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2012 e cujo prazo integral de vigência expirou em 9 de novembro de 2012. Informa, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN e seu encaminhamento ao Arquivo.
185/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Banco Central do Brasil o Aviso nº 6, de 2013-CN (nº 35/BCB-Presi, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 111 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 2º semestre de 2012. A matéria, publicada no DSF de 05/03/2013, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
184/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 41/2013, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A matéria, publicada no DSF de 05/03/2013, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
183/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, o Aviso nº 5, de 2013-CN (nº 179-GP/TCU/2013, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do TCU referente ao 4º trimestre do exercício de 2012. A matéria, publicada no DSF de 05/03/2013, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
182/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica o recebimento do Ofício nº 3, de 2013, comunicando a instalação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, bem como a eleição de sua Presidente, de seu Vice-Presidente e de seu Relator.
181/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, a Mensagem nº 16, de 2013-CN (nº 72/2013, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação do cumprimento da meta do superávit primário, referente ao exercício de 2012. A matéria, publicada no DSF de 05/03/2013, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
180/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Nos termos do art. 2º do Regimento Comum, comunica a convocação de sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 6 de março do corrente, quarta-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher, agradecer as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, e lançar a Procuradoria da Mulher no Senado Federal.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha 01 a 31/03/2013

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	1
Ordinárias (ROR)	1
Extraordinárias (REX)	-
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	2

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	-	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	-	-

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)					1	
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário						
Avisos CN (AVN)	4					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	2					
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	2					
Mensagens CN (MCN)	1					
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	1					
Ofícios CN (OFN)	2					
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias	2					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)						
Emendas						
TOTAL	7					

Resenha Consolidada
02/02/2013 a 31/03/2013

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	1
Ordinárias (ROR)	1
Extraordinárias (REX)	-
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	2

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	-	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	-	-

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN - Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	55	12		42	1	
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	13	7				3
Avisos CN (AVN)	74	13				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	15	13				
- Prestação de Contas	3					
- Parecer Prévio do Governo Federal	3					
- Outras Matérias	53					
Mensagens CN (MCN)	62					
- Prestação de Contas	8					
- Relatório de Avaliação do PPA	4					
- Outras Matérias	50					
Ofícios CN (OFN)	147					
- Prestação de Contas	30					
- Outras Matérias	117					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	2					
Proposições SF	4					
Requerimentos CMO (RCMO)	6	4				
Emendas	13001	12751		158		
TOTAL	13364	12787		200	1	3

Resultados das Reuniões

01 a 31/03/2013

**Continuação da 1ª Reunião Ordinária
convocada para 20/03/2013, às 14h30min
(Reiniciada às 14h42min e encerrada às 14h43min)**

Pauta nº 5/2013

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

Em virtude da inexistência de *quórum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

- . Ata da 20ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2012; e
- . Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2012.

Pauta nº 05/2013

1 - Relatório apresentado à Medida Provisória nº 596/2012-CN, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R\$ 573.330.080,00 (quinhentos e setenta e três milhões, trezentos e trinta mil e oitenta reais), para os fins que especifica”.

Relator: Senador João Costa.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1, 2, 4 e 5 e rejeição da emenda nº 3.

2 - Relatório apresentado à Medida Provisória nº 604/2013-CN, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R\$ 361.368.057,00 (trezentos e sessenta e um milhões, trezentos e sessenta e oito mil e cinquenta e sete reais), para os fins que especifica”.

Relator: Senador Paulo Paim.

Foram apresentadas 7 emendas.

Voto: favorável nos termos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 7 emendas apresentadas.

3 - Relatório apresentado ao Aviso nº 16/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010”. **Mensagem nº 24/2011-CN; Ofício nº 24/2011-CN; Mensagem nº 25/2011-CN; Ofício nº 15/2011-CN; Ofício nº 16/2011-CN; Ofício nº 18/2011-CN; Ofício nº 19/2011-CN; Ofício nº 20/2011-CN; Ofício nº 22/2011-CN; Ofício nº 23/2011-CN; Ofício nº 21/2011-CN e Ofício nº 17/2011-CN.**

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

4 - Relatório apresentado à Mensagem nº 115/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 19 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período 2008/2011, ano base 2008”; **Mensagem nº 125/2010-CN; Mensagem nº 90/2011-CN; Mensagem nº 95/2012-CN.**

Relator: Deputado Wandenkolk Gonçalves.

Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria bem como das apreciações e recomendações constantes dos “Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual”, relativo aos exercícios de 2008 a 2011, e determine o seu arquivamento.

5 - Relatório apresentado ao Aviso nº 30/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)”. **Mensagem nº 64/2010-CN, Ofício nº 22/2010-CN, Ofício nº 24/2010-CN; Mensagem nº 65/2010-CN; Ofício nº 25/2010-CN; Ofício nº 26/2010-CN; Ofício nº 27/2010-CN; Ofício nº 28/2010-CN; Ofício nº 29/2010-CN; Ofício nº 31/2010-CN; Ofício nº 23/2010.**

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento das matérias.

6 - Relatório apresentado ao Aviso nº 17/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)”. **Mensagem nº 163/2010-CN, Ofício nº 38/2010-CN; Ofício nº 37/2010-CN, Mensagem nº 164/2010-CN; Ofício nº 40/2010-CN; Ofício nº 43/2010-CN; Ofício nº 45/2010-CN; Ofício nº 42/2010-CN; Ofício nº 41/2010-CN; Ofício nº 44/2010-CN; Ofício nº 39/2010-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

7 - Relatório apresentado ao Aviso nº 10/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)”. **Mensagem nº 9/2011-CN; Ofício nº 3/2011-CN; Ofício nº 4/2011-CN; Mensagem nº 10/2011-CN; Ofício nº 6/2011-CN; Ofício nº 9/2011-CN; Ofício nº 10/2011-CN; Ofício nº 7/2011-CN; Ofício nº 8/2011-CN; Ofício nº 13/2011-CN; Ofício nº 5/2011-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

8 - Relatório apresentado ao Aviso nº 19/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9”. **Mensagem nº 37/2011-CN; Ofício nº 33/2011-CN; Mensagem nº 38/2011-CN; Ofício nº 26/2011-CN; Ofício nº 28/2011-CN; Ofício nº 31/2011-CN; Ofício nº 32/2011-CN; Ofício nº 30/2011-CN; Ofício nº 29/2011-CN; Ofício nº 34/2011-CN; Ofício nº 27/2011-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

9 - Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)”. **Mensagem nº 99/2011-CN; Ofício nº 41/2011-CN; Ofício nº 40/2011-CN; Mensagem nº 100/2011-CN; Ofício nº 43/2011-CN; Ofício nº 45/2011-CN; Ofício nº 47/2011-CN; Ofício nº 46/2011-CN; Ofício nº 42/2011-CN; Ofício nº 48/2011-CN; Ofício nº 44/2011-CN; Ofício nº 49/2011-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

10 - Relatório apresentado ao Aviso nº 12/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)”. **Mensagem nº 10/2012-CN; Ofício nº 4/2012-CN; Ofício nº 5/2012-CN; Mensagem nº 11/2012-CN; Ofício nº 8/2012-CN; Ofício nº 9/2012-CN; Ofício nº 11/2012-CN; Ofício nº 15/2012-CN; Ofício nº 7/2012-CN; Ofício nº 12/2012-CN; Ofício nº 6/2012-CN; Ofício nº 10/2012-CN.**

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

11 - Relatório apresentado ao Aviso nº 13/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

12 - Relatório apresentado ao Aviso nº 1/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011”.

Relatora: Senadora Ângela Portela.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

13 - Relatório apresentado à Mensagem nº 39/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 - Relatório apresentado à Mensagem nº 98/2011-CN, que “Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

15 - Relatório apresentado à Mensagem nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

16 - Relatório apresentado à Mensagem nº 56/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao primeiro quadrimestre de 2012”.

Relator: Senador Benedito de Lira.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

17 - Relatório apresentado à Mensagem nº 102/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2012”.

Relator: Senador Benedito de Lira.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

18 - Relatório apresentado ao Aviso nº 25/2012-CN, que “Encaminha, conforme determina o parágrafo único do art. 111 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2012”.

Relator: Deputado Waldenor Pereira.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

19 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 25/2011-CN*, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

20 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 36/2011-CN*, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

21 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 50/2011-CN*, que “Encaminha, nos termos do parágrafo sexto do artigo primeiro da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

22 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 17/2012-CN*, que “Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2011”.

Relator: Senador Flexa Ribeiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

23 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 02/2008-CN*, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

24 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 14/2008-CN*, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

25 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 37/2011-CN*, que “Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010”.

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

26 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 14/2012-CN*, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 - primeiro semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE”.

Relator: Deputado João Paulo Lima.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

27 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 42/2012-CN*, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011”.

Relator: Deputado Lúcio Vieira Lima.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

28 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 43/2012-CN*, que “Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório”.

Relator: Deputado João Paulo Lima.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

29 - Relatório apresentado ao *Aviso nº 03/2008-CN*, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Hugo Motta.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

30 - Relatório apresentado ao *Aviso nº 9/2012-CN*, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012”.

Relator: Deputado João Leão.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

31 - Relatório apresentado ao *Aviso nº 26/2012-CN*, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012”.

Relator: Deputado João Leão.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

32 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 31/2009-CN*, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008”. *Ofício nº 32/2010-CN*.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

33 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 33/2010-CN*, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008”. *Ofício nº 01/2011-CN*.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

34 - Relatório apresentado ao *Aviso nº 33/2009-CN*, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”. *Aviso nº 46/2009-CN; ; Aviso nº 01/2010-CN; Aviso nº 09/2010-CN*.

Relator: Senador Paulo Paim.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

35 - Relatório apresentado ao *Aviso nº 17/2010-CN*, que “Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2010”. *Aviso nº 35/2010-CN; Aviso nº 01/2011-CN; Aviso nº 07/2011-CN*.

Relator: Senador Paulo Paim.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

36 - Relatório apresentado ao *Aviso nº 18/2011-CN*, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2011”. *Aviso nº 22/2011-CN; Aviso nº 25/2011-CN; Aviso nº 03/2012-CN*.

Relator: Senador Paulo Paim.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

37 - Relatório apresentado ao *Aviso nº 18/2012-CN*, que “Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2012, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009”. *Aviso nº 27/2012-CN*.

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

38 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 16/2012-CN*, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

39 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 51/2011-CN*, que “Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Deputada Cida Borghetti.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

40 - Relatório apresentado ao *Ofício nº 32/2012-CN*, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

41 - Relatório apresentado ao *Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN*, de autoria do Deputado Otavio Leite, que “Altera o Anexo VI (“Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves”) da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010”.

Relator: Deputado Renato Molling.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

42 - Relatório apresentado à *Mensagem nº 190-A/2009-SF*, que “Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde”.

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

43 - *Requerimento nº 03/2012-CMO*, que “Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO”.

Autor: Senador Paulo Paim

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quórum* regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, o Presidente encerrou a reunião.

Brasília, 19 de março de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

**1ª Reunião Ordinária
convocada para 19/03/2013, às 14h30min
(Iniciada às 15h14min e suspensa às 15h15min)**

Pauta nº 5/2013

**ABERTURA e
SUSPENSÃO DOS TRABALHOS**

Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Augusto Coutinho (DEM/PE), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*.

Em virtude da inexistência de *quórum* regimental para deliberação nas representações do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 20 de março, quarta-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 19 de março de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 26 de março de 2013 (Instalação e Eleição)
--

**Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Comissão para o ano de 2013,
convocada para 26/03/2013, às 15 horas
(Iniciada às 15h35min e encerrada às 15h39min)**

**ABERTURA e
ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

Em virtude da inexistência de *quórum* para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente encerrou os trabalhos.

Brasília, 26 de março de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha 01 a 31/03/2013

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	-
Reuniões	03
Total	03

Proposições	Quantidade
Plano de Trabalho (aprovado)	01
Total	01

Resenha Consolidada 27/02 a 01/03/2013

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	03
Total	04

Proposições	Quantidade
Plano de Trabalho (aprovado)	01
Total	01

Resultados das Reuniões

27/02 a 31/03/2013

1ª Reunião, de instalação, realizada em 27 de fevereiro de 2013

Assunto/Finalidade:

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator da CMMC para o ano de 2013.

Resultado: Instalada a Comissão para o ano de 2013.

Foram Eleitos: Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin

Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro

Relator: Deputado Sarney Filho

2ª Reunião realizada em 5 de março de 2013

Assunto/Finalidade:

Apreciação do Plano de Trabalho para o ano de 2013, a ser apresentado pelo Relator, Deputado Sarney Filho.

Resultado: Apresentado pelo Relator, Deputado Sarney Filho, o Plano de Trabalho recebeu diversas sugestões dos parlamentares, ficando decidido que a votação será realizada na próxima reunião.

3ª Reunião realizada em 12 de março de 2013

Assunto/Finalidade:

Deliberação do Plano de Trabalho para o ano de 2013.

Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho para o ano de 2013.

4ª Reunião realizada em 19 de março de 2013

Assunto/Finalidade:

Audiência pública em Comemoração ao Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas (16 de março): o cumprimento das metas brasileiras, projetos de conscientização da população sobre as mudanças climáticas, o papel das escolas e dos programas educacionais, em conformidade da aprovação do Plano de trabalho da Comissão, aprovado em 12 de março do corrente.

Participantes:**• Luiz Pinguelli Rosa**

Secretário Executivo - Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

• Veet Vivarta

Secretário Executivo - Agência de Notícias dos Direitos das Crianças – ANDI

• Fábio Cedrin Gama Alves

Coordenador - Programa Educação para Sociedades Sustentáveis - WWF-Brasil -PESS-WWF-BR

• Nilo Sergio de Melo Diniz

Diretor do Departamento de Educação Ambiental - Ministério do Meio Ambiente – MMA

Resultado: Reunião realizada

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas

01 a 31/03/2013

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	17
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	33
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	3
REUNIÕES CONJUNTAS	2
TOTAL	55

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS *	TOTAL **
CAE	3	4	2	9
CAS	-	6	-	6
CCJ	4	1	1	6
CE	4	-	-	4
CMA	3	1	-	4
CDH	-	3	-	3
CRE	3	-	-	3
CI	-	5	1	6
CDR	-	4	1	5
CRA	-	3	-	3
CCT	-	3	-	3
CMMC	-	3	-	3
TOTAL	17	33		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (**), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	1	-	1
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)	2	-	2
TOTAL	3		

(**) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS	
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES
1ª	CCJ (4ª), CAE (5ª) e CDR (4ª)
2ª	CAE (8ª) e CI (7ª)
TOTAL DE REUNIÕES CONJUNTAS = 2	

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	4
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	2
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	-
Comissão de Educação – CE	-
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	1
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	3
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	-
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	3
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	1
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	1
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	-
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	1
TOTAL	16

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
TOTAL	-

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CCJ, CAE e CDR	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CAE e CI	1
TOTAL	2

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	18
---	-----------

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
PEC	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PLS	13	11	5	2	8	-	1	5	5	1	1	-	52
PLC	2	1	3	1	2	-	1	1	-	-	-	-	11
PDS	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	7	-	8
PRS	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
RQS	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3
EMEN PLEN	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
MSF	3	-	-	-	1	-	4	-	-	-	-	-	8
OFS	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
AVS	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
AMA	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
TOTAL	20	13	14	4	14	-	10	6	5	1	8	-	95

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	23
PLC	3
PDS	7
OFS	1
TOTAL	34

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	2
PLS	29
PLC	8
PRS	4
PDS	1
RQS	3
EMEN PLEN	1
MSF	8
OFS	2
AVS	1
AMA	2
TOTAL	61

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												TOTAL
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	
19	12	4	7	8	4	9	11	9	9	2	-	94
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES												TOTAL
Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)												1
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)												1
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE SUBCOMISSÕES												2

TOTAL DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES	96
--	----

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	85
Rejeitados	6
Prejudicados	3
TOTAL	94

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	2
TOTAL	2

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimentos de Urgência	8
Requerimentos de Informações	4
Projeto de Resolução	1
TOTAL	13

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 04/02 A 31/03/2013

Reuniões Realizadas e Proposições Apreciadas

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	21
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	41
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	3
REUNIÕES CONJUNTAS	2
TOTAL ACUMULADO	67

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	REUNIÃO CONJUNTA * – COMISSÕES PARTICIPANTES	TOTAL **
CAE	4	4	2	10
CAS	-	7	-	7
CCJ	5	1	1	7
CE	4	1	-	5
CMA	3	2	-	5
CDH	-	4	-	4
CRE	4	1	-	5
CI	-	7	1	8
CDR	-	4	1	5
CRA	-	4	-	4
CCT	-	3	-	3
CMMC	1	3	-	4
TOTAL	21	41		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (*), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
CMA - Temporária para Acompanhar a Execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	1	-	1
CI - Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	2	-	2
TOTAL ACUMULADO	3		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS		
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	TOTAL
1ª	CCJ (4ª), CAE (5ª) e CDR (4ª)	1
2ª	CAE (8ª) e CI (7ª)	1
TOTAL ACUMULADO DE REUNIÕES CONJUNTAS = 2		

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	4
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	2
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	-
Comissão de Educação – CE	-
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA	1
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	3
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	-
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	3
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	1
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	1
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	-
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	1
TOTAL ACUMULADO	16

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
TOTAL ACUMULADO	-

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CAE e CI	1
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CCJ, CAE e CDR	1
TOTAL ACUMULADO	2

TOTAL GERAL ACUMULADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	18
---	-----------

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
PEC	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PLS	13	11	5	2	8	-	1	5	5	1	1	-	52
PLC	2	1	3	1	2	-	1	1	-	-	-	-	11
PDS	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	7	-	8
PRS	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
RQS	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3
EMEN PLEN	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
MSF	3	-	-	-	1	-	4	-	-	-	-	-	8
OFS	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
AVS	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
AMA	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
TOTAL	20	13	14	4	14	-	10	6	5	1	8	-	95

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	23
PLC	3
PDS	7
OFS	1
TOTAL	34

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	2
PLS	29
PLC	8
PRS	4
PDS	1
RQS	3
EMEN PLEN	1
MSF	8
OFS	2
AVS	1
AMA	2
TOTAL	61

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
19	12	4	7	8	4	9	12	9	9	2	-	95
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES												
Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)												1
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)												1
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE SUBCOMISSÕES												2
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES												97

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	86
Rejeitado	6
Prejudicado	3
TOTAL	95

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	2
TOTAL	2

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimento de Urgência	8
Requerimento de Informações	4
Projeto de Resolução	1
TOTAL	13

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES PERMANENTES 01 a 31/03/2013

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- COMISSÕES PERMANENTES -

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

- **Dia 11 de março**

Finalidade:

Instruir o Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e discutir a Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam da unificação do ICMS.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQE 9/2013](#), Senador Lindbergh Farias e outros

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- [PRS 1/2013](#), Presidente da República

- [MPV 599/2012](#), Presidente da República

Participantes:

• Nelson Machado - Ex-Ministro - Ministério da Previdência Social – [MPS](#) - Ex-Secretário Executivo - Ministério da Fazenda - [MF](#)

• Guilherme Gomes Dias - Ex-Ministro - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - [MPOG](#)

• Germano Rigotto - Ex-Governador - Estado do Rio Grande do Sul

• José Roberto Rodrigues Afonso - Economista e Doutor pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

• Bernard Appy - Ex-Secretário de Política Econômica - Ministério da Fazenda - [MF](#)

- **Dia 19 de março**

Finalidade:

Instruir o Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e discutir a Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam da unificação do ICMS.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQE 9/2013](#), Senador Lindbergh Farias e outros

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- [PRS 1/2013](#), Presidente da República

- [MPV 599/2012](#), Presidente da República

Participantes:

• Omar Aziz - Governador - Estado do Amazonas

• Helenilson Pontes - Governador em exercício - Estado do Pará

• Wilson Martins - Governador - Estado do Piauí

• André Puccinelli - Governador - Estado de Mato Grosso do Sul

• Geraldo Alckmin - Governador - Estado de São Paulo

• Renato Casagrande - Governador - Estado do Espírito Santo

• Tarso Genro - Governador - Estado do Rio Grande do Sul

• Marconi Perillo - Governador - Estado de Goiás

- **Dia 25 de março**

Finalidade:

Debater a dívida dos Estados e Municípios.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQE 4/2013](#), Senador Eduardo Suplicy e outros

- [RQE 16/2013](#), Senador Lindbergh Farias

- [RQE 19/2013](#), Senadora Ana Amélia

Participantes:

- Francisco Lopreato - Professor - Universidade Estadual de Campinas - [Unicamp](#)
- Roberto Piscitelli - Professor - Universidade de Brasília - [UNB](#)
- Weder de Oliveira - Ministro - Tribunal de Contas da União
- Marcos de Barros Cruz – Secretário Municipal de Finanças - Município de São Paulo
- João Pedro Casarotto - Membro - Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - [Febrafite](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

• Dia 12 de março

Finalidade:

Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, que "institui o Estatuto da Juventude".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RAS 3/2013](#), Senador Paulo Paim

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- [PLC 98/2011](#), Deputado Benjamin Maranhão

Participantes:

- Severine Macedo - Secretária Nacional da Juventude - Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República
- Manuela D'Ávila - Deputada Federal
- Rebeca Ribas - Vice-Presidenta - Conselho Nacional da Juventude
- Alessandro Melchior - Representante - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT
- Manuela Braga - Presidente - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES
- Bruno Reis de Figueiredo - Representante - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
- Gleidson Alves Pantoja - Representante - Fórum Nacional de Juventude Negra - FONAJUNE
- Alfredo Santana Santos Júnior - Secretário de Juventude - Central Única dos Trabalhadores
- David Barros Araújo - Representante - Instituto de Juventude Contemporânea - IJC
- Maria Izabel da Silva - Assessora - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

• Dia 19 de março

Assunto/Finalidade:

Discutir o reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS)

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RAS 56/2012](#), Senadora Ana Amélia

Participantes:

- Ana Paula Silva Cavalcante - Coordenadora Geral de Atenção Hospitalar - Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde
 - Olympio Távora - Assessor Técnico - Confederação Nacional da Saúde - CNS
(representante de: José Carlos de Souza Abrahão)
 - Irineu Keiserman Grinberg - Presidente - Sociedade Brasileira de Análises Clínicas - SBAC
 - Mário Martinelli - Conselheiro Federal e Membro da Comissão de Análises Clínicas - Conselho Federal de Farmácia - [CFF](#)
(representante de: Walter da Silva Jorge João)
 - Vitor Pariz - Diretor de Defesa Profissional - Sociedade Brasileira de Patologia Clínica - SBPC
(representante de: Paulo Azevedo)
 - Marcelo Abissamra - Representante - Conselho Federal de Biomedicina - CFBM
 - Edson Rogatti - Diretor Membro do Conselho de Administração - Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas - CMB
(representante de: José Reinaldo Nogueira de Oliveira Junior)
-

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)

• Dia 19 de março

Finalidade:

Apresentação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RMA 4/2013](#), Senador Jorge Viana

Participantes:

- Vicente Andreu Guillo - Diretor-Presidente - Agência Nacional de Águas – [ANA](#)
- Ney Maranhão - Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos – Agência Nacional de Águas – [ANA](#)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

• Dia 05 de março

Finalidade:

Discutir ações do governo federal em defesa dos Direitos Humanos, especialmente os das mulheres, como marco inaugural dos Trabalhos Legislativos da Comissão em 2013, aproveitando-se a oportunidade da semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Participantes:

- Eleonora Menicucci - Ministra de Estado - Secretaria de Políticas para as Mulheres
- Maria do Rosário Nunes - Ministra de Estado Chefe - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
- Luiza Bairos - Ministra de Estado - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

• Dia 11 de março

Finalidade:

Debater segurança e saúde no trabalho.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDH 3/2013](#), Senador Paulo Paim

Participantes:

- Carlos Eduardo Azevedo Lima - Presidente - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
- Jeferson Seidler – Médico - Auditor Fiscal do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (representante de: Antônio Pereira do Nascimento)
- Sebastião Geraldo de Oliveira - Desembargador do TRT 3ª REGIÃO/MG (representante de: Carlos Alberto Reis de Paula)
- Renato Henry Sant'anna - Presidente - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA
- Carlos Augusto Vaz de Souza - Coordenador Geral - Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador, do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Vigilância em Saúde (representante de: Guilherme Franco Netto)
- Philippe Gomes Jardim - Coordenador Nacional - Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (representante de: Luís Antônio Camargo de Melo)
- Luiz Eduardo Alcântara de Melo - Coordenador da Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional do Ministério da Previdência Social - Ministério da Previdência Social - MPS
- Francisco Luis Lima - Diretor de Segurança e Medicina do Trabalho - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT

• Dia 25 de março

Finalidade:

"Debater a situação dos aposentados e pensionistas das forças armadas".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDH 2/2013](#), Senador Paulo Paim

Participantes:

- Cantídio Rosa Dantas – Coronel - Presidente - Federação da Família Militar do DF - FAMIL/DF
- Rita S. Dienstmann - Presidente - Federação da Família Militar - Mulher/DF
- Waldemar Campello Filho - Capitão de Mar e Guerra - Presidente - Confederação Nacional da Família Militar - CONFAMIL
- Soares – Coronel - Presidente - Família Militar - MT - FAMIL-MT
- Sebastião Pinheiro Duarte - 3º Sargento do Quadro Especial - Vereador – Cáceres-MT – PRTB
- Miriam Cristina Dienstmann Stein - Esposa de Militar - Exército
- Floriano de Sá Peixoto - Auditor Fiscal - Receita Federal do Brasil – [RFB](#). Diretor - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social - ANFIP
- João Florêncio Pimenta - Presidente - Federação dos Aposentados e Pensionistas do DF
- Genivaldo da Silva - Presidente - Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas
- Ivone Luzardo - Presidente - União Nacional de Esposas de Militares das Forças Armadas - UNEMFA
- Antonio Vicente da Silva Neto - Assessor Parlamentar - Associação de Praças das Forças Armadas - APRAFA
- Eduardo Souza Silva - Presidente - Comissão QESA Brasil

COMISSÃO DE SERVIÇOS INFRAESTRUTURA (CI)

• Dia 18 de março

Finalidade:

Apresentação das sugestões de assuntos e palestrantes sobre o tema: "Energia e Desenvolvimento do Brasil", dentro da "Agenda 2013-14".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQI 1/2013](#), Senador Fernando Collor

Participantes:

- Rogério Cesar de Cerqueira Leite - Professor Emérito - Universidade de Campinas - Unicamp
- Luiz Curi - Conselheiro - Conselho Nacional de Educação - CNE

• Dia 20 de março

Finalidade:

Prestar esclarecimentos acerca dos problemas estruturais existentes em rodovias concluídas pela estatal nos últimos anos.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQI 4/2013](#), Senador Aloysio Nunes Ferreira

Participante:

- Jorge Ernesto Pinto Fraxe – General - Diretor Geral - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

• Dia 27 de março

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país

1º Ciclo - Energia e desenvolvimento do Brasil

Painel 1 - Eletricidade convencional

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQI 1/2013](#), Senador Fernando Collor

Participantes:

- Joaquim Francisco de Carvalho - Pesquisador - Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo
 - Sérgio Bajay - Professor - Universidade Estadual de Campinas - [Unicamp](#)
-

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR)

- **Dia 13 de março**

Finalidade:

Apresentar a proposta da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Participante:

- Fernando Bezerra de Souza Coelho - Ministro de Estado - Ministério da Integração Nacional - [MI](#)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)

- **Dia 14 de março**

Finalidade:

Discutir a plena representatividade das colônias de pescadores; das Federações Estaduais e Confederação Nacional e o restabelecimento do cadastro especial de colônia de pescadores no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RRA 4/2013](#), Senador Flexa Ribeiro e outros

Participantes:

- Carlos Daudt Brizola - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego - [MTE](#)
- Manoel Messias Nascimento Melo - Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - [MTE](#)
- Leonardo José Rolim Guimarães - Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social - [SPPS/MPAS](#)
(representante de: Ministro Garibaldi Alves Filho)
- Abraão Lincon Ferreira da Cruz - Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - [C N PA](#)
- Átila Maia Rocha - Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura - [MPA](#)
(representante de: Ministro Marcelo Crivela)
- Cleber Verde – Deputado - Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura - [FPMPA/SAPESP](#)
- Eduardo Antunes Parmeggiani - Vice-Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho - [MPT](#)
(representante de: Sr. Luis Antonio Camargo de Melo)
- Elizeu Augusto de Brito - Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros da Pesca - [FAEP-BR](#)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CMMC)

- **Dia 19 de março**

Finalidade:

Comemoração do Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas (16 de março): o cumprimento das metas brasileiras, projetos de conscientização da população sobre as mudanças climáticas, o papel das escolas e dos programas educacionais.

Participantes:

- Luiz Pinguelli Rosa - Secretário Executivo - Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas
- Veet Vivarta - Secretário Executivo - Agência de Notícias dos Direitos das Crianças - [ANDI](#)
- Fábio Cedrin Gama Alves - Coordenador - Programa Educação para Sociedades Sustentáveis - WWF-Brasil - [PESS-WWF-BR](#)
- Nilo Sergio de Melo Diniz - Diretor do Departamento de Educação Ambiental - Ministério do Meio Ambiente - [MMA](#)

- CONJUNTAS -

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ), COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) E COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR)

• Dia 14 de março

Finalidade:

Instruir os Projetos de Lei do Senado nº 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012 - Complementares, que estabelecem normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQJ 2/2013](#), Senador Vital do Rêgo
- [RQE 10/2013](#), Senador Lindbergh Farias
- [RDR 2/2013](#), Senador Antonio Carlos Valadares

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- [PLS 192/2011](#), Senadora Vanessa Grazziotin
- [PLS 289/2011](#), Senador Randolfe Rodrigues
- [PLS 744/2011](#), Senador Marcelo Crivella
- [PLS 761/2011](#), Senador Ricardo Ferraço
- [PLS 35/2012](#), Senador Aloysio Nunes Ferreira
- [PLS 89/2012](#), Senador João Vicente Claudino
- [PLS 100/2012](#), Senador Francisco Dornelles
- [PLS 114/2012](#), Senador Cristovam Buarque

Participante:

- Cláudio José Trinchão Santos - Coordenador Nacional dos Secretários da Fazenda - Conselho Nacional de Política Fazendária – [Confaz](#) - Secretário de Estado - Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão - [Sefaz-MA](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) E COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

• Dia 21 de março

Finalidade:

Tratar dos seguintes temas:

- instrução do Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e da Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam da unificação do ICMS;
- a economia brasileira e oportunidades de investimento;
- o panorama da Política Econômica Brasileira e as perspectivas para a próxima década;
- esclarecimentos sobre o uso de procedimentos contábeis com o propósito de alcançar a meta fiscal no ano de 2012;
- Parcerias Público-Privadas e as perspectivas de oportunidades de parceria com o setor privado com relação aos projetos de infraestrutura.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQE 9/2013](#), Senador Lindbergh Farias e outros
- [RQE 3/2013](#), Senador Humberto Costa e outros
- [RQE 4/2013](#), Senador Eduardo Suplicy e outros
- [RQE 5/2013](#), Senador Alvaro Dias
- [RQI 2/2013](#), Senador Clésio Andrade e outros
- [RQE 17/2013](#), Senador Lindbergh Farias

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- [PRS 1/2013](#), Presidente da República
- [MPV 599/2012](#), Presidente da República

Participante:

- Guido Mantega - Ministro de Estado - Ministério da Fazenda – [MF](#)
-

MATÉRIAS APRECIADAS

(***) NT = Matéria apreciada em decisão Não Terminativa

T = Matéria apreciada em decisão Terminativa

MATÉRIA	RESULTADO (***)	COMISSÃO	DIA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC			
PEC 86/2011 - Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Tramita em conjunto com PEC 46/2012 - Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins. Tramita em conjunto com PEC 61/2012 - Cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.	Aprovado parecer favorável à PEC nº 86, de 2011, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) e pela prejudicialidade das PEC's nºs 46 e 61, de 2012. (NT)	CCJ	06/03
PEC 66/2012 - Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.	Aprovado parecer favorável à PEC nº 66, de 2012, com a Emenda nº 1-CCJ. (NT)	CCJ	13/03
PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS			
PLS 199/2006 - Acrescenta inciso ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal.	Rejeitado o Projeto. (T)	CCJ	06/03
PLS 707/2007 - Altera o art. 37 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativa às instituições a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	Aprovada Declaração de Prejudicialidade. (T)	CAE	26/03
PLS 55/2008 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que "dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências", para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis.	Aprovado o Projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA. (T)	CMA	12/03
PLS 195/2008 - Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Esperantina, Estado do Piauí.	Substitutivo definitivamente adotado pela Comissão, nos termos do art. 284 do RISF. (T)	CE	12/03
PLS 214/2008 - Acrescenta § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão	Aprovado parecer pela rejeição. (NT)	CI	06/03

Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário, e dá outras providências.			
PLS 406/2008 - Altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso - AITP, e dá outras providências.	Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto e das Emendas. (NT)	CAE	26/03
PLS 122/2009 – Complementar - Dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA).	Aprovado parecer favorável. (NT)	CDR	20/03
PLS 312/2009 - Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do imposto de renda os rendimentos de professores pós-graduados, obtidos em escolas do ensino básico da rede pública, quando no exercício de cargos acumulados nos termos do art. 37, XVI, a e b, da Constituição Federal.	Rejeitado o Projeto. (T)	CAE	12/03
PLS 394/2009 - Dispõe sobre a utilização de espaços publicitários, denominações, bandeiras, lemas, hinos, marcas, logotipos e símbolos relativos à Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) 2014 e à Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, assim como a organizadores, mantenedores dos direitos da FIFA, seleções e atletas participantes.	Aprovada a Declaração de Prejudicialidade ao Projeto. (T)	CCT	12/03
PLS 4/2010 - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), com o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade da realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos, prévios, para a construção de qualquer espécie de edificação em encostas de morros, montanhas, maciços, terrenos alagadiços ou sujeitos à inundação e em outras áreas do gênero, comprovadamente de risco.	Aprovada a Declaração de Prejudicialidade ao Projeto. (T)	CDR	20/03
PLS 15/2010 - Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Incentivo Boa-Educação, que visa a entregar quantia monetária ao Distrito Federal e aos Municípios desde que apresentem melhorias na qualidade de ensino ofertado a sua população.	Aprovado parecer pela rejeição. (NT)	CAE	26/03
PLS 131/2010 - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que rótulos, embalagens, etiquetas, bulas e materiais publicitários de produtos elaborados com recurso à nanotecnologia contenham informação sobre esse fato.	Aprovado parecer pela rejeição. (NT)	CAS	20/03
PLS 138/2010 - Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CRE	07/03
PLS 20/11 – Complementar - Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de	Aprovado o parecer	CE	12/03

2000, com o objetivo de determinar que as despesas com cultura não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.	favorável. (NT)		
PLS 25/2011 - Altera a Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre a cooperação federativa no âmbito da Defesa Civil e prever a formação da Força Nacional de Defesa Civil.	Aprovado Substitutivo ao Projeto. (T)	CCJ	20/03
PLS 36/2011 - Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.	Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo). (NT)	CAE	26/03
PLS 68/2011 - Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera- REPENEC.	Aprovado parecer favorável, nos termos do Substitutivo. (T)	CI	06/03
	Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284. (T)	CI	13/03
PLS 108/2011 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que "dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências", para determinar a realização de audiência periódica do Presidente do Tribunal de Contas da União, no Senado Federal.	Aprovado o Projeto com a emenda nº 1-CMA. (T)	CMA	12/03
PLS 113/2011 - Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.	Aprovado o Projeto, com as Emendas 01, 02, 03 e 04-CI. (T)	CI	06/03
PLS 257/2011 - Acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, a fim de estabelecer a gratuidade na primeira emissão do documento de identificação do Registro de Identidade Civil.	Aprovado o Projeto. (T)	CCJ	20/03
PLS 340/2011 - Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde.	Aprovado parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAE. (NT)	CAE	26/03
PLS 353/2011 - Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP).	Aprovado o Projeto na forma da emenda nº 1-CMA (Substitutivo). (T)	CMA	12/03
	Substitutivo definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do	CMA	26/03

	Regimento Interno. (T)		
PLS 356/2011 - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.	Aprovado o Projeto. (T)	CDR	20/03
PLS 357/2011 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir e renumerar os incisos do art. 81, e proibir a venda de tabacos, cigarros ou produtos derivados de nicotina à criança ou ao adolescente. Tramita em conjunto com PLS 389/2011 - Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tramita em conjunto com PLS 568/2011 - Altera os arts. 81 e 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de substância fumígena a menores de dezoito anos, e dá outras providências.	Aprovado parecer favorável ao PLS 389/2011, na forma da Emenda nº 1- CAS (Substitutivo); e pela rejeição dos demais, que tramitam em conjunto. (NT)	CAS	13/03
PLS 390/2011 - Acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual na tramitação do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.	Aprovado o Projeto, nos termos do Substitutivo. (T) Substitutivo definitivamente adotado, nos termos do art. 284. (T)	CCJ CCJ	06/03 13/03
PLS 449/2011 - Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estabelecer redução do imposto de renda da pessoa física incidente sobre ganho de capital na alienação de imóveis que sejam dotados de equipamentos e sistemas de aproveitamento de energia solar ou eólica.	Rejeitado o Projeto. (T)	CAE	12/03
PLS 571/2011 - Altera o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do imposto de renda pago a maior.	Aprovado parecer favorável, na forma da Emenda nº 2- CAS (Substitutivo). (NT)	CAS	20/03
PLS 623/2011 - Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos.	Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2-CCJ. (T)	CCJ	20/03
PLS 627/2011 - Dispõe sobre o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários.	Substitutivo definitivamente adotado. (T)	CAE	05/03
PLS 702/2011 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e	Aprovado parecer favorável. (NT)	CDR	20/03

adolescentes acompanhados dos pais ou responsável.				
PLS 738/2011 - Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão.	Aprovado o Projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA. (T)	CMA	12/03	
PLS 22/2012 - Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para instituir a obrigatoriedade da publicação de dados relativos a projetos culturais que tenham captado recursos mediante renúncia fiscal e que não tenham sido objeto de avaliação final pelo Ministério da Cultura.	Aprovado o Projeto com as emendas nºs 1, 2 e 3-CE/CMA. (T)	CMA	12/03	
PLS 28/2012 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CMA	12/03	
PLS 31/2012 - Altera a Lei nº. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para dispor sobre a aplicação da renda líquida dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia em aperfeiçoamento técnico e cultural de seus integrantes e dá outras providências.	Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CAS. (T)	CAS	06/03	
PLS 55/2012 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de uso de tarja de identificação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde utilizados no âmbito dos serviços públicos de saúde.	Aprovada a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). (T)	CAS	20/03	
	Substitutivo definitivamente adotado nos termos do art. 284, do Regimento Interno.	CAS	27/03	
PLS 140/2012 - Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para criar o Fundo Republicano de Campanha e dispor sobre as doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas para as campanhas eleitorais.	Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) (NT)	CAE	05/03	
PLS 143/2012 - Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências.	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 01 e 02-CMA/CDR. (T)	CDR	20/03	
PLS 160/2012 - Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para aumentar os limites de dedução do imposto de renda devido dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos.	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 01-CE. (NT)	CE	05/03	
PLS 176/2012 - Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a contratação de aprendizes maiores de 18 anos pelas empresas com mais de cinquenta empregados.	Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. (T)	CAS	20/03	
PLS 244/2012 - Altera a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, para permitir que a Mútua destine parte de sua arrecadação para medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro e do	Aprovado parecer favorável. (NT)	CAE	26/03	

engenheiro-agrônomo e para desenvolvimento de ações fiscalizadoras promovidas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia.			
PLS 247/2012 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.	Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. (NT)	CAS	13/03
PLS 248/2012 - Altera o art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para estabelecer a possibilidade de prorrogação do prazo que suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor.	Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) (NT)	CAE	05/03
PLS 264/2012 - Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a ação regressiva previdenciária em casos de acidentes de trânsito e de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CAS	13/03
PLS 308/2012 - Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para fixar a competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações regressivas.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CAS	06/03
PLS 314/2012 - Insere § 7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CAE	26/03
PLS 319/2012 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno de ácido fosfórico, uréia pecuária e fosfato dicálcico (suplementos minerais para uso animal).	Aprovado parecer favorável, com a Emenda nº 1-CRA. (NT)	CRA	07/03
PLS 325/2012 - Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para dispor sobre a validade das receitas médicas em todo o território nacional.	Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CAS. (T)	CAS	06/03
PLS 345/2012 - Acrescenta art. 194-A à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para determinar aos oficiais de registros de imóveis a comunicação da mudança de titularidade da propriedade de imóveis urbanos ao respectivo município.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CAE	05/03
PLS 349/2012 - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual.	Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 2, renumerada como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). (NT)	CAE	26/03
PLS 359/2012 - Dispõe sobre a remarcação, o cancelamento e o reembolso de passagem aérea.	Aprovado o parecer favorável ao PLS 359/2012 com a	CMA	12/03

Tramita em conjunto com PLS 364/2012 - Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar a comercialização dos serviços de transporte aéreo de passageiros.	emenda nº 1-CMA e pela prejudicialidade do PLS 364/2012. (NT)		
PLS 402/2012 - Altera os arts. 5º, 13 e 15 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para promover a concorrência de preços e condições de atendimento pós-venda na comercialização de veículos automotores de via terrestre.	Aprovado o parecer, pela rejeição. (NT)	CMA	26/03
PLS 407/2012 - Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CI	13/03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC			
PLC 60/2003 - Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CMA	05/03
PLC 139/2010 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão nas faturas emitidas por concessionárias dos serviços públicos de orientações sobre a racionalização do consumo de água, energia elétrica e gás; e dá outras providências.	Rejeitado o Projeto. (T)	CMA	12/03
PLC 159/2010 - Altera a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, para tornar obrigatório o seguro contra acidentes pessoais.	Rejeitado o Projeto. (T)	CAE	12/03
PLC 15/2011 - Dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo - Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCJ	27/03
PLC 3/2012 - Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CAS	13/03
PLC 15/2012 - Dispõe sobre informações a serem prestadas pelas instituições de ensino superior aos candidatos, no ato de inscrição para o processo seletivo de seus cursos superiores.	Aprovado o parecer, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. (NT)	CE	26/03
PLC 26/2012 - Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.	Aprovado parecer favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1. (NT)	CCJ	27/03
PLC 83/2012 - Obriga a contratação de seguro para os serviços de entrega que se utilizam de motocicletas ou	Aprovado parecer favorável, com as	CAE	26/03

veículos afins.	Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE. (NT)		
PLC 84/2012 - Altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que institui o Estatuto do Idoso, para dispor sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CI	06/03
PLC 117/2012 - Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CRE	07/03
PLS 123/2012 - Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS, cargos em comissão, funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CCJ	27/03
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO – PRS			
PRS 3/2013 - Altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.	Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). (NT)	CAE	26/03
PRS 4/2003 - Institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.	Aprovado parecer pela prejudicialidade (NT).	CAS	20/03
PRS 4/2012 - Declara nula a Resolução da Mesa do Senado Federal que extinguiu o mandato do Senador Luiz Carlos Prestes e do seu suplente, Abel Chermont, adotada em 9 de janeiro de 1948.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CCJ	20/03
PRS 2/2013 - Cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.	Aprovado parecer favorável, com as Emendas nº 1 a 3-CCJ. (NT)	CCJ	20/03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS			
PDS 30/2010 - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 20 de março de 2007.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CRE	07/03
PDS 389/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO JOAQUIM - AMCOSAJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	12/03

PDS 441/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASILEIRA DE ESPORTES COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rosa de Goiás, Estado de Goiás.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	12/03
PDS 442/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DE ISRAELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Israelândia, Estado de Goiás.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	12/03
PDS 457/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA COTEGIPENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	12/03
PDS 458/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à NASSAU EDITORA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	12/03
PDS 465/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à C.P.Z. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	12/03
PDS 542/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA NOVO MARACANÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	12/03
REQUERIMENTO “SF” – RQS			
RQS 125/2013 - Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão no exterior sua participação na 128ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se em Quito, Equador, no período de 21 a 24 de março de 2013, e comunica, para efeito do disposto no art. 39 de referido Regimento, que estará ausente do País no período de 20 a 25 de março de 2013.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CRE	14/03
RQS 145/2013 - Requer, com fundamento no artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, indicação e licença para representar esta Casa, em missão no exterior, na Terceira Missão de Estudos sobre Inovação, que se realizará no período de 22 a 29 de março de 2013, nas cidades de San Diego, São Francisco e Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos. Comunica ainda, nos termos do artigo 39, a ausência do país do Senador Humberto Costa, neste mesmo período.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CRE	14/03
RQS 146/2013 - Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 21 a 27 de março de 2013, para integrar a delegação brasileira, como representante do Senado Federal, na 128ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se	Aprovado parecer favorável. (NT)	CRE	14/03

em Quito, Equador, conforme designação do Presidente do Grupo Brasileiro da União Interpalamantar. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país entre os dias 21 a 27 de março de 2013.

EMENDA DE PLENÁRIO – EMEN PLEN

PRS 79/2012 - Autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Aprovado parecer pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN.	CAE	05/03
--	---	------------	--------------

MENSAGEM – MSF

MSF 85/2012 - Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 67 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 4º Bimestre de 2012.	Aprovado parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria. (NT)	CMA	05/03
--	--	------------	--------------

MSF 109/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.	Sabatina realizada. (NT)	CRE	21/03
---	--------------------------	------------	--------------

MSF 110/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.	Sabatina realizada. (NT)	CRE	14/03
--	--------------------------	------------	--------------

MSF 3/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.	Sabatina realizada. (NT)	CRE	21/03
---	--------------------------	------------	--------------

MSF 10/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.	Sabatina realizada. (NT)	CRE	14/03
---	--------------------------	------------	--------------

MSF 11/2013 - Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, que seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US\$ 6,569,351.22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um dólares dos Estados Unidos da América e vinte e dois centavos), para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil, conforme Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Fazenda.	Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)	CAE	19/03
---	--	------------	--------------

MSF 15/2013 - Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, que seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US\$ 4,323,293.85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil.	Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)	CAE	19/03
MSF 16/2013 - Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo - II".	Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)	CAE	19/03
OFÍCIO "S" – OFS			
OFS 8/2011 - Comunica ao Senado Federal que, na sessão plenária de 23 de fevereiro de 2011, conheceu e deu provimento, no mérito por unanimidade do Recurso Extraordinário nº 379.154, e declarou a inconstitucionalidade do inciso VI do art. 14 do Decreto-Lei nº 2.052 de 1983.	Aprovado Projeto de Resolução como conclusão do Parecer. (T)	CCJ	06/03
OFS 25/2012 - Apresenta, na forma da lei, o relatório desenvolvido pela APO no primeiro semestre de 2012, bem como indica as ações programadas para o segundo semestre de 2012.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CE	19/03
OFS 3/2013 - Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, os documentos do Doutor GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Juiz de Tribunal Regional Federal indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015.	Aprovado a indicação. (NT)	CCJ	21/03
AVISO – AVS			
AVS 49/2012 - Encaminha cópia do Acórdão nº 2059, de 2012, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nos sistemas públicos de previdência, com o objetivo de investigar questões relativas ao financiamento, apuração de resultados e equilíbrio de suas contas, bem como se o registro contábil desses fatos produzem informações íntegras, tempestivas e pertinentes (TC 015.529/2010-0).	Aprovado parecer pelo conhecimento da comissão, envio do parecer à CAS e posterior arquivamento. (NT)	CMA	12/03
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – AMA			
AMA 16/2012 - Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 1931/2012-TCU-Plenário,	Aprovado o parecer, pelo conhecimento e arquivamento. (NT)	CMA	26/03

acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam (TC 028.289/2011-0), referente à Auditoria realizada no MME, na Aneel e na Eletrobrás, cujo escopo é a regulação e a fiscalização da RGR pela Aneel, a gestão do fundo pela Eletrobrás e a sustentabilidade relacionada aos fins a que se destina.

AMA 20/2012 - Encaminha cópia do Acórdão nº 563/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao monitoramento instaurado com o objetivo de dar continuidade à fiscalização das atividades de gerenciamento das ações relativas à Copa do Mundo de Futebol de 2014 no âmbito do Ministério do Esporte, no exercício de 2011.

Aprovado parecer pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Estado do Esporte. (NT)

CMA 05/03

Instalação de Colegiados e Eleições

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

- **Dia 5 de março**

Instalação dos trabalhos da Comissão e eleição do Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, e do Vice-Presidente, Senador Inácio Arruda, para o biênio 2013-2014.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

- **Dia 6 de março**

Instalação dos trabalhos da Comissão e eleição do Presidente, Senador Zezé Perrela, e do Vice-Presidente, Senador Alfredo Nascimento, para o biênio 2013-2014.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE - CMABMONTE (CMA)

- **Dia 12 de março**

Instalação dos trabalhos da Subcomissão e eleição do Presidente, Senador Delcídio do Amaral, do Vice-Presidente, Senador Flexa Ribeiro, e do Relator, Senador Ivo Cassol.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL – CISTAC (CI)

- **Dia 26 de março**

Instalação dos trabalhos da Subcomissão e eleição do Presidente, Senador Flexa Ribeiro, e do Vice-Presidente, Senador João Costa.

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD - Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD - Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução do Senado
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas de Plenário
MSF – Mensagem “SF”
REC – Recursos
OFS “S” – Ofício “SF”
DIV – Diversos
AVS – Aviso
AMA - AVS “CMA” - Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
DEN – Denúncia
DAS – Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais
REP – Representação

**C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais
e Parlamentares de Inquérito
Relatório da SSCEPI – 02/02 a 31/03/2013**

COMISSÕES TEMPORÁRIAS											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA DO CÓDIGO PENAL PLS 236/2012	2012	5	9	4							
	2013	3	3	8							
	Total	8	12	12							
MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PLS 281, 282 e 283/2012	2012	4	9	9							
	2013	2	3	3							
	Total	6	12	12							
TRANSPosição DO SÃO FRANCISCO RQS 514/11	2012	5	4	4							
	2013	1	1	1							
	Total	6	5	5							
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE RQS 145/12	2013	1	0	0							
COMBATE A INCÊNDIOS RQS 18/13	2013	1	1	1							
LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO RQS 702/12	2013	0	0	0							Aguardando Instalação
LEI DE EXECUÇÕES PENAIAS RQS 848/12	2013	0	0	0							Aguardando Instalação

COMISSÕES TEMPORÁRIAS MISTAS											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA DO REGIMENTO COMUM ATN 01/13	2013	2	0	0							
CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ATN 02/13	2013	0	0	0							Aguardando Instalação
DEFENSORIA PÚBLICA DO DF PEC 07/08	2013	0	0	0							Aguardando Instalação

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE RQS 105/13	2013	0	0	0	0						Aguardando Instalação

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011	2012	35	744	742	344						
	2013	1	0	0	22						
	Total	36	744	742	366						

AUDIÊNCIAS

AUDIÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
CT - Código de Defesa do Consumidor (CTRCDC).	2
Comissão Externa - Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR).	1
CT - Reforma do Código Penal (CTRCP).	2
Comissão Mista Especial - Reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional (CMRRC).	1
TOTAL	6

COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR OS PROJETOS DE LEI DE MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CTRCDC)

• Dia 19 de fevereiro

Finalidade:

Exposições sobre Prevenção do Superendividamento

Participantes:

- o **Cláudia Lima Marques** - Membro da Comissão de Juristas para Atualização do Código de Defesa do Consumidor;
- o **Clarissa Costa de Lima** - Juíza de Direito do Estado do Rio Grande do Sul e Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON;
- o **Alessandra Bentes** - Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- o **Silvânio Covas** - Diretor Jurídico da Serasa-Experian;
- o **Juan Ferres** - Economista Consultor da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS;
- o **José Virgílio Vita Neto** - Representante da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.

Dia 12 de março

Finalidade:

Exposições sobre Ações Coletivas

Participantes:

- o **Ada Pellegrini Grinover** - membro da Comissão de Juristas para Atualização do Código de Defesa do Consumidor;
- o **Paulo Roberto Binicheski** - Promotor de Justiça do MPDFT;
- o **Murilo de Moraes e Miranda** - Promotor de Justiça do Estado do Goiás e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON;
- o **Horácio Xavier Franco** - Defensor Público do Estado de São Paulo e Coordenador da Comissão Nacional de Defensores Públicos de Defesa do Consumidor – CNDPCON;
- o **Gregório Assagra** - assessor de projetos e articulação interinstitucional da Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça), Dirigente do Centro de Aperfeiçoamento Funcional do MP-MG;
- o **Valquíria Oliveira Quixadá Nunes** - Procuradora Regional da República da 1ª Região;
- o **Rosana Grinberg** - Presidente do Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor – FNECDC;
- o **José Virgílio Vita Neto** - representante da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.

**COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E
REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (CTERIOSFR)**

- **Dia 19 de fevereiro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- o **Adriano Fernandez** - Representante da Carioca Engenharia;
- o **Willian Tannus** - Representante do Grupo SERVENG;
- o **Cassio Vitorri** - Representante da S/A Paulista Construções e Comércio;
- o **Elmar Varjão** - Representante da Construtora OAS, Coesa e Barbosa Mello.

**COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR PROJETO DE LEI DE REFORMA CÓDIGO
PENAL (CTRCP)**

- **Dia 28 de fevereiro**

Finalidade:

Audiência Pública sobre a Reforma do Código Penal

Participantes:

- o **Luiz Carlos Gonçalves;**
- o **Miguel Reale Júnior.**

- **Dia 14 de março**

Finalidade:

Audiência Pública sobre a Reforma do Código Penal

Participantes:

- o **Juarez Cirino dos Santos;**
- o **Rogério Sanchez Cunha.**

**COMISSÃO MISTA ESPECIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROPOSTA DE REGIMENTO
COMUM DO CONGRESSO NACIONAL (CMRRC)**

- **Dia 19 de março**

Finalidade:

Audiência Pública sobre o Regimento Comum do Congresso Nacional

Participantes:

- o **Raimundo Carreiro** – Ministro do Tribunal de Contas da União.

DILIGÊNCIAS

DILIGÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão Externa - Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR).	1
TOTAL	1

**COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E
REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (CTERIOSFR)**

- **Dias 07 e 08 de março nos estados de Pernambuco e Ceará**

Finalidade:

Visita ao Eixo Norte da obra de transposição do Rio São Francisco

Participantes:

- o **Fernando Bezerra** – Ministro da Integração Nacional.

C.3 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas

01 a 31/03/2013

MEDIDAS PROVISÓRIAS EM TRAMITAÇÃO NA SSACM	
MEDIDAS PROVISÓRIAS	DATA DA PUBLICAÇÃO
587/2012	12/11/2012
589/2012	14/11/2012
590/2012	30/11/2012
591/2012	30/11/2012
592/2012	03/12/2012
593/2012	06/12/2012
594/2012	07/12/2012
595/2012	07/12/2012
597/2012	26/12/2012
599/2012	28/12/2012
600/2012	28/12/2012
601/2012	28/12/2012
602/2012	31/12/2012
603/2013	21/01/2013
605/2013	24/01/2013
606/2013	19/02/2013
607/2013	20/02/2013
608/2013	1º/03/2013
609/2013	08/03/2013

EMENDAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS

EMENDAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS		
MEDIDAS PROVISÓRIAS	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO	NÚMERO DE EMENDAS
608/2013	Até 7 de março de 2013	28
609/2013	Até 14 de março de 2013	128
TOTAL		156

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS DE MEDIDA PROVISÓRIA

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
MEDIDAS PROVISÓRIAS	
MPV 587/2012	01
MPV 591/2012	01
MPV 592/2012	02
MPV 593/2012	01
MPV 595/2012	07
MPV 597/2012	03
MPV 599/2012	02
MPV 601/2012	03
MPV 603/2013	01
MPV 605/2013	03
MPV 606/2013	01
MPV 607/2013	01
MPV 608/2013	01
MPV 609/2013	01
TOTAL	28

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 587/2012

06/03/2013 - 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 587, adotada em 13 de novembro de 2011, que “autoriza para a safra 2011/2012, o pagamento de valor adicional ao benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e amplia para o ano de 2012 o auxílio emergencial financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004”.

Resultado: Aprovado Relatório do Deputado Raimundo Gomes de Matos, que passa a constituir parecer da Comissão, que conclui pela constitucionalidade e juridicidade da matéria; pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira da matéria e das emendas; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, com o texto resultante das alterações nela promovidas pela Medida Provisória nº 603, de 2013, bem como pela aprovação total ou parcial das emendas de nºs 10, 16 e 22, nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta, e rejeição das demais emendas.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 591/2012

20/03/2013 – 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 591, adotada em 30 de novembro de 2012, que “altera a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, e sobre a modicidade tarifária”.

Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir o Parecer da Comissão, pela prejudicialidade da Medida Provisória nº 591, de 2012, bem como das emendas a ela apresentadas e pelo envio da matéria à Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º, art. 62 da Constituição Federal.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 592/2012

14/03/2013 - 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 592, adotada em 3 de dezembro de 2012, que “modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, e para disciplinar a destinação dos recursos do Fundo Social.

Resultado: Realizada Audiência Pública com a presença seguintes participantes: Marco Antônio Martins Almeida – Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; José Gutman – Superintendente de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo; e João Carlos de Luca – Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

19/03/2013 - 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 592, adotada em 3 de dezembro de 2012, que “modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, e para disciplinar a destinação dos recursos do Fundo Social.

Resultado: A realizada Audiência Pública com os seguintes participantes: Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Ernane Bilotte Primazzi, Diretor Financeiro da Associação Nacional dos Municípios Produtores; Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; José Gutman, Superintendente de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo; Luís Augusto Koenig Veiga, Coordenador do Curso de Engenharia Cartográfica e Agrimensura da Universidade Federal do Paraná e Gustavo Henrique Balduino, Secretário Executivo da ANDIFES.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 593/2012

19/03/2013 - 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 593, adotada em 6 de dezembro de 2012, que “altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante; e dá outras providências”.

Resultado: Realizada Audiência Pública, com a presença dos seguintes participantes: Marco Antonio de Oliveira - Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; João Luiz Cesarino da Rosa - Representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN); Hildney Alves de Oliveira - Coordenador de Políticas para Ensino Médio e Educação Profissional do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED); Elizabeth Homsy - Gerente da Diretoria Jurídica da CNI; Rejane de Souza Leite – da Diretoria de Educação Profissional do SENAC; Felipe Esteves Morgado – Gerente de Educação Profissional e Tecnológica do SENAI; Maria Alice Lopes de Souza – Gerente de Educação e Ação Social do Departamento Nacional do SESC; Andrea Barbosa Alves - Chefe do Departamento de Educação Profissional e Promoção Social do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do SENAR; Wesley Passaglia – Superintendente Técnico do SEST/SENAT; Gustavo Monteiro Fagundes - Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Amábil Pacios - Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP).

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 595/2012

05/03/2013 - 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, adotada em 7 de dezembro de 2012, que “dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências”.

Resultado: Realizada a Audiência Pública com os seguintes participantes: Wilton Ferreira Barreto, Presidente da Federação Nacional dos Estivadores; Eduardo Lirio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários; Mário Teixeira, Presidente da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios, aas Atividades Portuárias; e Maurício Coentro Pais de Melo, Coordenador Nacional da CONATPA - Ministério Público do Trabalho

06/03/2013 - 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, adotada em 7 de dezembro de 2012, que “dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências”.

Resultado: Realizada a Audiência Pública com os seguintes participantes: Francisco José Nogueira, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Agenciamento Marítimo, Aquaviário e Operadores Portuários – FETAPORT; Sérgio Magalhães Giannetto, Presidente do Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro – STSPPERJ; José Adilson Pereira, Presidente da Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo e aprovados os Requerimentos nº 2 – MPV595/2012, de iniciativa do Deputado Edinho Bez; nº 3- MPV595/2012, de iniciativa do Deputado Paulo Pereira; e nº 4 MPV595/2012, de iniciativa do Deputado César Colnago.

12/03/2013 - 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, adotada em 7 de dezembro de 2012, que “dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências”.

Resultado: Realizada a Audiência Pública com os seguintes participantes: Mauro Santos Salgado, Presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários; José Rebelo III, Representante da Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Fluvial, Lacustre e de Tráfego Portuário; Richard Klien, Conselheiro da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público; Paulo Fernando Fleury, Presidente do Instituto de Logística e Supply Chain; Sérgio Aquino, Ex-Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos; José Augusto de Castro, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil; Wilen Manteli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários.

São aprovados os requerimentos nº 10, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e nº 11, de iniciativa do Deputado Manuel Junior.

13/03/2013 - 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, adotada em 7 de dezembro de 2012, que “dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências”.

Resultado: Realizada a Audiência Pública com os seguintes participantes: Luiz Antônio Fayet, Consultor de Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; José de Freitas Mascarenhas, Presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria; Bruno Batista, Diretor-Executivo da Confederação Nacional do Transporte; Jorge Gerdau Johannpeter, Coordenador da Ação Empresarial; e Carlos Antônio Cavalcanti, Vice-Presidente do Conselho Superior de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

19/03/2013 – 7ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, adotada em 7 de dezembro de 2012, que “dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências”.

Resultado: Realizada Audiência Pública, com a presença dos seguintes participantes: Eugênio Pio Costa, Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Paulo Morceli, Superintendente de Gestão da Oferta da Diretoria de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento; Ronaldo Lazaro Medina, Assessor do Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil; e Silvia Helena de Alencar Felismino, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil – Sindreceita.

20/03/2013 – 8ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, adotada em 7 de dezembro de 2012, que “dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências”.

Resultado: Realizada Audiência Pública, com a presença dos seguintes participantes: José Leônidas de Menezes Cristino – Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República; Pedro Brito – Diretor-Geral Substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Roberto Dantas – Diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior; e Bernardo Figueiredo – Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística.

26/03/2013 – 9ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, adotada em 7 de dezembro de 2012, que “dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências”.

Resultado: Realizada Audiência Pública, com a presença dos seguintes participantes: Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco; Gleisi Hoffmann, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil; João Constantino Motta, Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul; e Eracy Laffuente, Coordenador Executivo de Infraestrutura da Casa Civil do Estado da Bahia.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 597/2012

05/03/2013 - 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 597, adotada em 26 de dezembro de 2012, que “dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências”.

Resultado: Aprovado o Requerimento nº 1 - MPV597/2012 (cronograma de trabalho), de iniciativa do Deputado Luiz Alberto, solicitando a realização de duas audiências públicas para debater a matéria.

12/03/2013 – 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 597, adotada em 26 de dezembro de 2012, que “dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências”.

Resultado: Realizada a Audiência Pública com os seguintes participantes: Antônio Moraes - Representante da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores; Miguel Torres - Vice-Presidente da Força Sindical; Lourenço Ferreira do Prado - Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores; Osmani Teixeira de Abreu - Conselheiro de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social da Confederação Nacional da Indústria; Carlos Pelá - Advogado da Confederação Nacional das Instituições Financeiras e Antônio Lisboa - Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

19/03/2013 – 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 597, adotada em 26 de dezembro de 2012, que “dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências”.

Resultado: Realizada Audiência Pública com a participação dos seguintes expositores: Mauro Rodrigues de Souza, Coordenador-Geral de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; e Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 599/2012

13/03/2013 - 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 599, adotada em 28 de dezembro de 2012, que “dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS, institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e dá outras providências”.

Resultado: Aprovado o plano de trabalho da Comissão (Requerimento nº 001 de 2013/MPV599/2012).

20/03/2013 - 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 599, adotada em 28 de dezembro de 2012, que “dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS, institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e dá outras providências”.

Resultado: Realizada Audiência Pública, com a presença dos seguintes participantes: Simão Cirineu Dias - Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Goiás; Luiz Alberto Bastos Petitinga - Secretário de Estado da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia; Andrea Sandro Calabi - Secretário de Estado da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; e Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha - Subsecretário da Administração Tributária do Estado do Pará.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 601/2012

06/03/2013 - 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 601, adotada em 28 de dezembro de 2012, que “altera as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra, e para desonerar a folha de pagamentos dos setores da

construção civil e varejista; nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas das contribuições de que tratam os incisos I e III do caput do art.22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para permitir às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir o valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e dá outras providências”.

Resultado: Aprovado o Requerimento nº 1 - MPV601/2012 (cronograma de trabalho), de iniciativa do Senador Armando Monteiro, solicitando a realização de duas audiências públicas para debater a matéria.

20/03/2013 – 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 601, adotada em 28 de dezembro de 2012, que “altera as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra, e para desonerar a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista; nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas das contribuições de que tratam os incisos I e III do caput do art.22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para permitir às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir o valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e dá outras providências”.

Resultado: Realizada Audiência Pública com a presença dos seguintes participantes: Heloisa Menezes – Secretária de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Dyogo Henrique de Oliveira – Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda; e Flávio Castelo Branco – Gerente-Executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

26/03/2013 – 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 601, adotada em 28 de dezembro de 2012, que “altera as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra, e para desonerar a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista; nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas das contribuições de que tratam os incisos I e III do caput do art.22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para permitir às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir o valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e dá outras providências”.

Resultado: Realizada Audiência Pública com a presença dos seguintes participantes: Fernando Figueiredo - Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química; Antonio Lisboa Amâncio do Vale - Diretor-Executivo da Central Única dos Trabalhadores; e Cécilio Esteves - Advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 603/2013

2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 603, adotada em 21 de janeiro de 2013, que “altera a Medida Provisória nº 587, de 9 de novembro de 2012, que autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002; amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; e estabelece medidas para aquisição de milho em grãos para o atendimento ao Programa de Venda Balcão aos pequenos criadores situados nos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene”.

Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Lobão Filho, que passa a constituir o Parecer da Comissão, pela prejudicialidade da MPV nº 603, de 2013, das emendas a ela apresentadas, e pelo envio da matéria à Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º, art. 62 da Constituição Federal.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 605/2013

05/03/2013 – 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 605, adotada em 24 de janeiro de 2013, que “altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos”.

Resultado: Aprovados Requerimentos nº 2 – MPV605/2013 e nº 3 – MPV605/2013 e realizada Audiência Pública com os seguintes participantes: Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee; Luiz Fernando Leone Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica; Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres; Ricardo de Pina Martin Presidente - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica de Menor Porte; Armando Casado Araujo, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores – Eletrobrás (representante de: José da Costa Carvalho Neto); José Zordan, Superintendente - Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura; Reginaldo Medeiros, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - ABRACEEL.

12/03/2013 – 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 605, adotada em 24 de janeiro de 2013, que “altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos”.

Resultado: Realizada Audiência Pública com os seguintes participantes: Franklin Moreira Gonçalves, Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários e Cláudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

13/03/2013 – 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 605, adotada em 24 de janeiro de 2013, que “altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos”.

Resultado: Realizada Audiência Pública com os seguintes participantes: Ildo Wilson Grudtner - Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; Hailton Madureira de Almeida - Coordenador-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público da Secretaria do Tesouro Nacional; Ricardo Brandão - Procurador-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Paulo Félix Gabardo - Especialista em Regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica; e Marcelo Barros da Cunha - Secretário de Fiscalização e Regulação de Energia e Comunicação do Tribunal de Contas da União.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 606/2013

20/03/2013 - 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 606, adotada em 18 de fevereiro de 2013, que “Altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, para autorizar a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, e nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para autorizar a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior; e dá outras providências”.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, o Deputado Alexandre Santos e o Senador Luiz Henrique, e designados Relator e Relator Revisor, respectivamente, o Senador José Pimentel e o Deputado Zé Geraldo.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 607/2013

20/03/2013 - 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 607, adotada em 19 de fevereiro de 2013, que “Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza”.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, o Senador Eduardo Amorim e o Deputado Fabio Reis, e designados Relator e Relator Revisor, respectivamente, o Deputado Assis Carvalho e o Senador Paulo Paim.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 608/2013

20/03/2013 - 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 608, adotada em 28 de fevereiro de 2013, que “Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa nas condições que estabelece e dispõe sobre os títulos de crédito e instrumentos emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo

Banco Central do Brasil, para composição de seu patrimônio de referência, e altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010”.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, o Deputado Cláudio Puty e o Senador Francisco Dornelles, e designados Relator e Relator Revisor, respectivamente, o Senador Cássio Cunha Lima e o Deputado Alfredo Kaefer.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 609/2013

20/03/2013 - 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 609, adotada em 8 de março de 2013, que “Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências”.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, a Senadora Ana Rita e o Deputado Paulo Teixeira, e designados Relator e Relator Revisor, respectivamente, o Deputado Edinho Araújo e o Senador Lobão Filho.

PARECERES APROVADOS PELAS COMISSÕES MISTAS

RELATÓRIOS APROVADOS NA COMISSÃO	
MEDIDA PROVISÓRIA	
587/2012	01
591/2012	01
603/2012	01
TOTAL	03

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 02/02 A 31/03/2013
REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
MPV 582/2012	01
MPV 586/2012	01
MPV 587/2012	01
MPV 589/2012	01
MPV 590/2012	01
MPV 591/2012	02
MPV 592/2012	04
MPV 593/2012	03
MPV 594/2012	01
MPV 595/2012	09
MPV 597/2012	04
MPV 599/2012	03
MPV 600/2012	01
MPV 601/2012	04
MPV 602/2012	01
MPV 603/2013	02
MPV 605/2013	05
MPV 606/2013	01
MPV 607/2013	01
MPV 608/2013	01
MPV 609/2013	01
TOTAL ACUMULADO	48

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
Medida Provisória nº 592, de 2012	2
Medida Provisória nº 593, de 2012	1
Medida Provisória nº 595, de 2012	7
Medida Provisória nº 597, de 2012	2
Medida Provisória nº 599, de 2012	1
Medida Provisória nº 601, de 2012	2
Medida Provisória nº 605, de 2013	3
TOTAL ACUMULADO	18

PARECERES APROVADOS

FEVEREIRO/2013	01
MARÇO/2013	03
TOTAL ACUMULADO	04

EMENDAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS

EMENDAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS	
MPV 597/2012	36
MPV 599/2012	218
MPV 600/2012	28
MPV 601/2012	124
MPV 602/2012	8
MPV 603/2013	26
MPV 605/2013	37
MPV 606/2013	53
MPV 607/2013	20
MPV 608/2013	28
MPV 609/2013	128
TOTAL ACUMULADO	706

D – ATENDIMENTO AO USUÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO

Atendimentos realizados **01 a 31/03/2013**

Pedidos de Acesso a Informações (art. 30, III, da Lei 12.527)

Solicitações	Quantidade
Atendidas	87
Indeferidas	1
Total	88

Pedidos de Acesso a Informações (por meio de resposta)

Tipo de Canal	Quantidade
Telefone	68
E-mail	19
Presencial	0
Carta	0
Aguardando resposta	0
Total	87

Pedidos de Acesso a Informações (por Assunto)

Atendimentos por Categorias	Quantidade
Informações sobre tramitação de proposições específicas	34
Solicitações de listagem de proposições	1
Solicitação de peças legislativas (pareceres, avulsos, atas etc)	17
Identificação de proposições	7
Dúvidas gerais de processo legislativo	10
Dúvidas e reclamações relativas ao uso de ferramentas do sítio do Senado	3
Dúvidas sobre sessões e calendário do Senado	6
Outras	9
Total	87

Atendimentos realizados **01/01 a 31/03/2013 - Consolidado**

Pedidos de Acesso a Informações (art. 30, III, da Lei 12.527)

Solicitações	Quantidade
Atendidas	199
Indeferidas	2
Total	201

Pedidos de Acesso a Informações (por meio de resposta)

Tipo de Canal	Quantidade
Telefone	139
E-mail	59
Presencial	0
Carta	1
Aguardando resposta	0
Total	199

Pedidos de Acesso a Informações (por Assunto)

Atendimentos por Categorias	Quantidade
Informações sobre tramitação de proposições específicas	61
Solicitações de listagem de proposições	12
Solicitação de peças legislativas (pareceres, avulsos, atas etc)	29
Identificação de proposições	18
Dúvidas gerais de processo legislativo	23
Dúvidas e reclamações relativas ao uso de ferramentas do sítio do Senado	9
Dúvidas sobre sessões e calendário do Senado	16
Outras	31
Total	199

E – OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

Atendimentos realizados

01 a 31/3/2013

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR REGIÃO	
SUDESTE	90
NORDESTE	37
CENTRO-OESTE	26
SUL	14
NORTE	2
NÃO INFORMADO	2
TOTAL	171

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR ESCOLARIDADE	
ENSINO SUPERIOR	72
ENSINO MÉDIO	59
PÓS-GRADUAÇÃO	33
ENSINO FUNDAMENTAL	6
NÃO ALFABETIZADO	1
TOTAL	171

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR GÊNERO	
MASCULINO	126
FEMININO	45
TOTAL	171

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR GÊNERO							
TEMA	ATÉ 19 ANOS	DE 20 A 29 ANOS	DE 30 A 39 ANOS	DE 40 A 49 ANOS	DE 50 A 59 ANOS	MAIS DE 60 ANOS	QUANTIDADE
GESTÃO ADMINISTRATIVA	2	8	10	9	8	1	38
ATUAÇÃO PARLAMENTAR	1	4	9	4	7	4	29
SEGURANÇA PÚBLICA		5	4	5	3	1	18
TRABALHO E EMPREGO		2	6	4	1	1	14
OUVIDORIA	1		2	6	2	2	13
OUTROS	3	8	13	12	17	6	59
	7	27	44	40	38	15	171

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE ABORDAGEM	
SOLICITAÇÃO	70
NÃO CLASSIFICADA	36
CRÍTICA	34
RECLAMAÇÃO	16
SUGESTÃO	9
DENÚNCIA	4
ELOGIO	2
TOTAL	171

Atendimentos realizados
01/01/2013 a 31/03/2013

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR REGIÃO	
SUDESTE	407
NORDESTE	124
SUL	92
CENTRO-OESTE	88
NORTE	13
NÃO INFORMADO	4
TOTAL	728

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR ESCOLARIDADE	
ENSINO SUPERIOR	329
ENSINO MÉDIO	201
PÓS-GRADUAÇÃO	168
ENSINO FUNDAMENTAL	27
NÃO ALFABETIZADO	3
TOTAL	728

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR GÊNERO	
MASCULINO	529
FEMENINO	199
TOTAL	728

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR FAIXA ETÁRIA							
TEMA	ATÉ 19 ANOS	DE 20 A 29 ANOS	DE 30 A 39 ANOS	DE 40 A 49 ANOS	DE 50 A 59 ANOS	MAIS DE 60 ANOS	QUANTIDADE
ATUAÇÃO PARLAMENTAR	5	41	69	70	80	49	314
GESTÃO ADMINISTRATIVA	10	30	29	20	16	4	109
SEGURANÇA PÚBLICA	3	16	15	11	5	7	57
OUVIDORIA	1		9	10	6	7	33
PROCESSO LEGISLATIVO	2	3	4	4	5	2	20
OUTROS	3	23	48	58	39	24	195
	24	113	174	173	151	93	728

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE ABORDAGEM	
CRÍTICA	340
SOLICITAÇÃO	219
RECLAMAÇÃO	51
SUGESTÃO	44
ELOGIO	10
DENÚNCIA	9
NÃO CLASSIFICADO	55
TOTAL	728